

UDC - FACULDADE DINÂMICA DAS CATARATAS

**JORNAL NOSSO TEMPO: UM MARCO DA RESISTÊNCIA
DEMOCRÁTICA EM FOZ DO IGUAÇU**

**CARLOS LUZ
THAYS PETTERS**

**FOZ DO IGUAÇU - PR
2008**

UDC - FACULDADE DINÂMICA DAS CATARATAS

**JORNAL NOSSO TEMPO: UM MARCO DA RESISTÊNCIA
DEMOCRÁTICA EM FOZ DO IGUAÇU**

**CARLOS LUZ
THAYS PETTERS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à União Dinâmica de Faculdades Cataratas - UDC, como parte dos requisitos para graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. ORIENTADOR: Professora Ms. Sônia Cristina Poltronieri Mendonça.

**FOZ DO IGUAÇU - PR
2008**

EPÍGRAFE

*“Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis.”*
(Bertold Brecht)

**CARLOS LUZ
THAYS PETTERS**

**JORNAL NOSSO TEMPO: UM MARCO DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA EM
FOZ DO IGUAÇU**

BANCA EXAMINADORA

Professora Mestre – Sônia P. Mendonça

Professora Rossana Schmidt

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a Aluízio Palmar, Juvêncio Mazzarollo, Adão Almeida e João Adelino de Souza, pela disposição em ceder as entrevistas para realização do videodocumentário e pelo comprometimento com a história de Foz do Iguaçu.

À professora Ms. Sônia Cristina Poltronieri Mendonça, pelo empenho e dedicação prestados durante as orientações e desenvolvimento do projeto.

Aos professores, mestres e doutores que realizaram com ética, disciplina e respeito a tarefa de educar.

Aos nossos amigos que colaboraram para a construção do trabalho, em especial a Magda Carvalho e Washington Barbosa, que nos concederam equipamentos para a gravação do produto, e aos acadêmicos Maurício Freire e Jackson Marcelo pela participação.

Aos demais colegas da turma que sempre apoiaram e confiaram em nosso trabalho.

Aos nossos familiares, pela paciência e carinho depositados durante os quatro anos do curso e todos os outros da nossa vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colegas, amigos e familiares pelo apoio, incentivo e confiança.

Aos amigos e profissionais Magda Carvalho e Washington Barbosa pelo empréstimo dos equipamentos, sem o qual não seria possível a realização deste trabalho.

Aos acadêmicos e amigos Maurício Freire e Jackson Marcelo pelo comprometimento com o videodocumentário.

Aos entrevistados Aluízio Palmar, Juvêncio Mazzarollo, João Adelino de Souza e Adão Almeida pelo tempo e disposição concedidos.

À professora orientadora Ms. Sônia Cristina Poltronieri Mendonça pela paciência nas orientações e indicações.

À nossa família; Vera Lúcia e Thayná Petters, Luana e Clara Luz.

A Deus, aos astros, cometas, anjos, santos ou qualquer ser superior que nos enviou força e proteção espiritual.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como intuito demonstrar que o Jornal Nosso Tempo, cujo período de circulação foi de 1980 a 1994, foi uma experiência de jornalismo popular/alternativo praticado em Foz do Iguaçu, como forma de oposição ao Regime Militar ditatorial instalado no Brasil entre 1964 e 1985. Serviu também de base teórica para a produção do vídeodocumentário “Jornal Nosso: um marco da resistência democrática em Foz do Iguaçu”, apresentado como peça final do trabalho.

Palavras-chave: Jornalismo Popular/Alternativo. Ditadura militar. Vídeodocumentário e Imprensa Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

The present Work of Course Conclusion has as intention to demonstrate that the “Jornal Nosso Tempo”, whose period of circulation was of 1980 to 1994, was an experience of popular/alternative journalism practised at Foz do Iguaçu, as form of opposition to the ditatorial Military Regimen installed in Brazil between 1964 and 1985. It also served of theoretical base for the production of the documentary video “Periodical Ours: a landmark of the democratic resistance at Foz do Iguaçu”, presented as final part of the work.

Word-key: Popular/alternative journalism. Military Dictatorship. Documentary Video and Press Foz do Iguaçu.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. A COMUNICAÇÃO E O JORNALISMO COMO UM ATO SOCIAL.....	11
2.1. Imprensa no Brasil.....	14
3. GÊNEROS JORNALÍSTICOS: INFORMATIVO E OPINATIVO; POPULAR E ALTERNATIVO.....	19
3.1. Gênero Informativo.....	20
3.2. Gênero Opinativo.....	21
3.3. Jornalismo Popular e Alternativo.....	22
4. CINEMA, DOCUMENTARISMO E JORNALISMO.....	27
4.1. Os Desafios do Documentarismo.....	28
5. CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL E FOZ DO IGUAÇU.....	31
5.1. Redemocratização.....	35
5.2. Breve Contexto Histórico de Foz do Iguaçu.....	37
6. JORNAL NOSSO TEMPO: UM MARCO DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA EM FOZ DO IGUAÇU.....	42
7. MEMORIAL DESCRITIVO DO PRODUTO MUDIÁTICO.....	48
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
9. REFERÊNCIAS.....	73
10. ANEXOS.....	80

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, da Faculdade União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC), apresenta as linhas gerais e conceituação da comunicação, jornalismo, gêneros jornalísticos, videodocumentarismo e o contexto histórico do Jornal Nosso Tempo, que circulou em Foz do Iguaçu e região entre 1980 e 1994, como experiência da prática do jornalismo popular/alternativo, tendo como objetivo principal defender as lutas populares da região, assim como o combate ao regime militar ditatorial implantado no Brasil entre 1964 e 1985.

Neste primeiro capítulo apresenta-se a Introdução com uma breve abordagem sobre todos os temas e características tratadas nos capítulos subseqüentes.

O segundo capítulo aborda a comunicação e o jornalismo como um ato social, a definição de comunicação, sua importância, variáveis, profissões ligadas à área com foco principal no jornalismo, assim como uma concisa história da imprensa no Brasil. Para fundamentação teórica utilizou-se como referência os autores Ferreira (1986), Gomes (2007), Santos (1998), Goldschmidt (2003), Lopes (2001), Cheida (2001), Seabra (2006), Ribeiro (1998) e Martins (2008), além da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU (1998).

Com base nos autores Kunczik (1997), Lage (2003), Tresca (2007), Pereira (2006), Melo (2003), Campos (2002), Kobayashi (2003), Franco (2001), Stoco (2001), Peruzzo (2004), Dornelles (2007), Abramo (1988), Kucinski (1991), Seabra (2006), Barreto (2004) e Manual de Redação Folha de São Paulo (2001) foi desenvolvido o terceiro capítulo que trata dos gêneros jornalísticos informativo, opinativo, popular e alternativo, para situar o Jornal Nosso Tempo dentro destas definições.

O quarto capítulo resgata a história do cinema, da vertente do documentarismo e sua utilização dentro do jornalismo, embasando teoricamente o produto midiático final deste trabalho. Para o desenvolvimento deste capítulo foram referências os textos de Bilharinho (1996), Nepomuceno (1997), Penafria (2004), Franco (1997) e Bentes (2008).

Os autores Cancian (2008), Fausto (2006), Skidmore (1998), Branco (2002), Neto e Freitas (2008), Lima (2001), além de matérias do Jornal O Estado de São Paulo (2008), Revista Veja (1984) e Jornal Nosso Tempo (1981, 1984 e 1985), assim como depoimentos de Aluízio Palmar, Juvêncio Mazzarollo, João Adelino de Souza e Adão Almeida contribuíram para a apresentação do quinto capítulo, onde são analisados os contextos históricos no Brasil e em Foz do Iguaçu, na época em que o Jornal Nosso Tempo circulou (1980-1994), dando ênfase nos cinco primeiros anos de sua existência. A ditadura militar, a redemocratização do país e a situação política de Foz do Iguaçu - considerada Área de Segurança Nacional - são os assuntos abordados.

O sexto capítulo discorreu especificamente sobre o Jornal Nosso Tempo, suas características como veículo de comunicação popular/alternativo, propostas, tendências e posições, assim como a história e as etapas do jornal durante os 14 anos de existência em Foz do Iguaçu, e como o jornal influenciou o período histórico de sua circulação. Para o desenvolvimento deste capítulo foram utilizados como referência o autor Kucinski (2003), o livro “Vozes da Democracia – História da comunicação na redemocratização do Brasil”, edições do Jornal Nosso Tempo e depoimentos de Aluízio Palmar, Juvêncio Mazzarollo, João Adelino de Souza e Adão Almeida.

Como peça final do trabalho, apresenta-se um vídeodocumentário de 35 minutos sobre o jornal com o título “Jornal Nosso Tempo: um marco da resistência democrática em Foz do Iguaçu”, tendo como fonte principal, entrevistas aprofundadas, de acordo com Duarte (2006), com os quatro proprietários/editores do jornal: Aluízio Palmar, Juvêncio Mazzarollo, João Adelino de Souza e Adão Almeida.

Imagens de arquivos pessoais de Juvêncio Mazzarollo e Aluízio Palmar, fotos de arquivo da União Nacional dos Estudantes (UNE), imagens de arquivo da Itaipu Binacional, Documentário da Universidade do Chile, Documentário Tempos de Resistência, além de capas e reportagens do Jornal Nosso Tempo foram utilizados em cenas do produto.

Na trilha sonora, tomando como referência Worms (2005) e Costa (2005), foram incluídas músicas de Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso e Geraldo Vandré.

A intenção principal do trabalho foi resgatar o momento histórico em que o Jornal Nosso Tempo circulou, além da própria história do jornal, para que este produto

sirva de material pedagógico para alunos de Jornalismo, do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de fonte de pesquisa histórica para o acervo da memória e do patrimônio histórico de Foz do Iguaçu, principalmente devido à escassez de material neste campo.

2. A COMUNICAÇÃO E O JORNALISMO COMO UM ATO SOCIAL

Comunicar é uma palavra derivada do termo latino *comunicare* e significa “tornar comum”, “associar”, de acordo com Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986, p. 444). Assim, num primeiro momento, podemos dizer que comunicação é a ação social de tornar comum.

Apesar da comunicação ser inerente a quase todos os animais, na espécie humana, o seu grau de complexidade foi aprimorado. A palavra comunicação, segundo Raimunda Aline Lucena Gomes (2007, p.25) “alcança uma multiplicidade de sentidos. As tentativas de defini-la ocuparam diferentes dimensões no mundo do saber, há quem arrisque dizer que tudo é comunicação”.

O ato de comunicar se tornou tão necessário ao ser humano que a liberdade de receber, dar opiniões e informações é um direito garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela assembléia da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1948. Em seu artigo XIX a Declaração afirma:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1998, p. 9)

Para o ser humano, o processo da comunicação está ligado ao processo de interação social. Cleópatra Poli, na apresentação do livro *Introdução à Teoria da Comunicação*, de Roberto Elísio dos Santos (1998), afirma: “*toda comunicação é comunicação social e também fenômeno sociológico*” (itálico da autora). Explicando a afirmação, Poli define o social como sendo o envolvimento de dois ou mais atores no processo de comunicação, e o sociológico por implicar um processo de interação social, permitindo a “ação não só compreensível, mas também coerente dos efeitos da codificação e decodificação da mensagem”, afirmando ainda que “sem comunicação seria impossível imaginar a existência da sociedade”.

Por ser um processo tão importante dentro da formação e da existência da sociedade, vários campos do conhecimento humano trataram de conceituar a comunicação. Santos (1998) relaciona alguns conceitos:

O conceito etimológico (da origem da palavra), por exemplo, dá à comunicação o sentido de 'comunidade', de tornar algo (uma idéia ou informação) comum a todos, tornando o ato de comunicar sinônimo de participação. Já o conceito biológico, segundo Luiz Beltrão (...), torna a comunicação uma necessidade básica para a sobrevivência e perpetuação da espécie. (SANTOS, 1998, p. 11)

Outras ciências humanas definem a comunicação por diferentes ângulos, de acordo com Santos (1998):

A partir da sociologia, pode-se considerar a comunicação um elemento desencadeador e delimitador da interação social. A antropologia encara a comunicação como instrumento formador de cultura. A psicologia, por sua vez, entende a comunicação como processo modelador do comportamento humano (na visão behaviorista). (SANTOS, 1998, p. 12)

Ainda segundo o autor, no âmbito da filosofia, três correntes formulam diferentes conceitos para a comunicação:

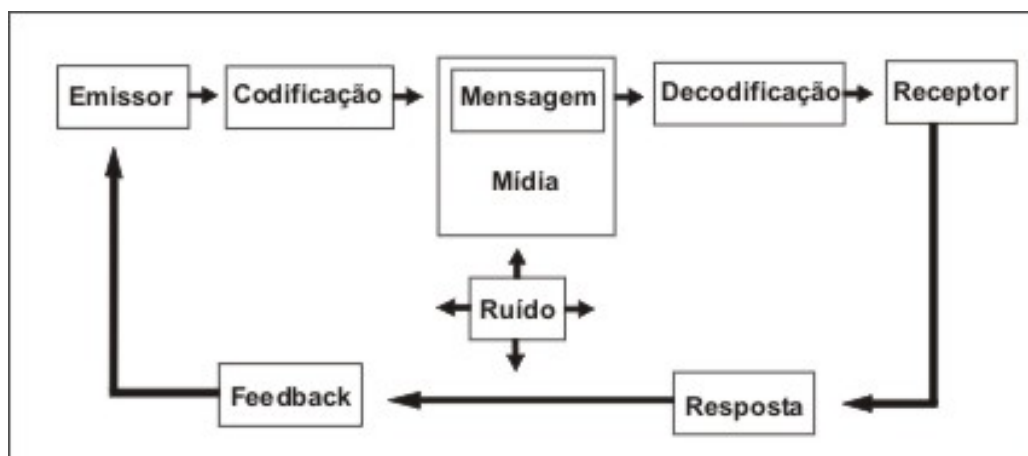
A transcendentalista, que assume uma postura metafísica, a partir da qual o conhecimento é adquirido aprioristicamente e a comunicação passa a ser dotada de universalidade; a naturalista, para a qual o ato de comunicar só é possível por que os sujeitos nele envolvidos têm estrutura física e intelectual análoga e se encontram numa realidade comum; e a marxista, que vê a comunicação como fator de evolução social, como elemento indispensável à cooperação e coexistência. (SANTOS, 1998, p. 12)

No entanto, apesar do processo de comunicação fazer parte da sociedade humana desde os seus primórdios, apenas a partir do início do século XX foram dedicados estudos mais específicos a este fenômeno, "por conta do acentuado desenvolvimento dos meios de comunicação de massa: a imprensa, a literatura popular, o cinema, o rádio e a propaganda" (Santos, 1998, p.4) e, mais recentemente, a televisão (metade do século XX) e Internet (final do século XX).

Com o advento de novos meios de comunicação de massa (MCM), a fórmula que simplificava o processo da comunicação em emissor / mensagem / receptor, considerando a comunicação como um processo de uma única mão, teve que se aprimorar e passou a considerar novos fatores.

Andrea Goldschmidt (2008) utiliza Philip Kotler para demonstrar as 9 variáveis do processo de comunicação, conforme o quadro:

O emissor e o receptor representam as partes envolvidas na comunicação (quem emite e quem recebe a mensagem). Outros dois elementos - a mensagem e o meio - representam as principais ferramentas de comunicação: o que se diz e de que forma o receptor tem acesso à informação. Codificação, decodificação, resposta e feedback são os elementos que dizem respeito ao processo de comunicação em si. E o último elemento – ruído – corresponde a todos os fatores que possam interferir na mensagem que se pretende transmitir. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.1)



Com estas novas variáveis e o avanço dos MCM, o estudo mais aprofundado no campo da comunicação ganha impulso e passa a ser visto “como um campo de estudos que progressivamente se autonomiza dentro da grande área de conhecimento que são as Ciências Sociais e Humanas” (Lopes, 2001, p. 13).

O que a autora chama de autonomização do estudo da comunicação propicia o surgimento do “ensino da Comunicação nos chamados cursos de Comunicação”, que tem por finalidade a “formação especializada de profissionais para o mercado cultural, ao mesmo tempo em que passam a concentrar a pesquisa acadêmica em Comunicação, o que vem a dar formas de legitimidade ao campo” (Lopes, 2001, p. 14). Assim, os campos profissionais da Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Jornalismo passam a ter estudos específicos de cada área.

Dentro da comunicação, o jornalismo é uma atividade profissional que lida com notícias, factuais ou não e com a divulgação de informações. Também define-se o jornalismo como a prática de coletar, redigir, editar e publicar informações sobre eventos e fatos.

Com o surgimento da impressão (1438) que ganhou corpo na segunda metade do século XV, a imprensa começa a dar os seus primeiros passos. Mas a imprensa periódica só viria a nascer mais de um século depois da invenção da tipografia, com as “gazetas”. Marcel Cheida (2001, p.5) cita os autores F. Terrou e Pierre Alberto, descrevendo este tipo de imprensa como sendo “pequenos cadernos de 4 a 8 páginas, às vezes ilustrados com gravuras em madeira. Eram folhas de notícias em que se relatavam um acontecimento importante”.

Seguindo os passos das “gazetas”, surgiram os “pasquins” e as “folhas”. As chamadas “folhas” traziam poucas notícias e destacavam longos artigos, quase sempre polêmicos.

Apesar do aprimoramento do conteúdo e do aumento de público, no final do século XVIII, a imprensa ainda não tinha adquirido a consideração que sua nova importância fazia merecedora. Os instrumentos de expressão das idéias continuavam sendo os livros e as brochuras.

2.1. Imprensa no Brasil

Foi com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, que os primeiros passos da imprensa brasileira começavam a ser dados. Em 1º de junho de 1808, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça criou o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, editado e impresso em Londres e enviado clandestinamente ao Rio de Janeiro.

Hipólito José da Costa defendia uma transformação profunda de Portugal e do Brasil e achava que a presença da corte portuguesa na principal colônia era a grande oportunidade para os dois países saírem do marasmo econômico, político e social em que se encontravam. (SEABRA, 2006, p. 113)

O mensário, que existiu até dezembro de 1822 abordava temas polêmicos para

a época, causando o mal estar da coroa portuguesa. Idéias liberais e ataques que conduzissem à independência do Brasil eram o foco principal do veículo de comunicação. Quando o país tornou-se independente, o *Correio Braziliense* deixou de existir, já que não valeria ao brasileiro Hipólito José da Costa publicar um jornal no exterior com o país vivendo uma independência.

Normativamente, Hipólito da Costa fixou um conjunto de atributos que certamente influenciaram as manifestações jornalísticas emergentes nos movimentos pela Independência. Atributos importantes para a delimitação do espaço e da natureza da atuação da imprensa nas duas formas de apropriação predominantes durante o século XIX: como instrumento estratégico de mobilização política e como prática de atualização, crítica e julgamento dos fatos, orientada por uma reiterada competência formalmente legitimada de orientar-se por um ponto de vista “imparcial” correspondente a um suposto “interesse público”. (RIBEIRO, 2004, p.9)

Antes mesmo do *Correio Braziliense*, o príncipe regente Dom João VI, fundou em 13 de maio de 1808, A Imprensa Régia, cujo principal objetivo era atender as necessidades da Família Real, sem interesses de informar ou noticiar o que acontecia naquele período. Também órgão do governo português, a Gazeta do Rio de Janeiro circulou a partir de setembro de 1808 com os mesmos princípios que A Imprensa Régia, e com impressão feita em território nacional.

Tomemos então o aparecimento do *Correio Braziliense* como marco do nascimento da imprensa brasileira e início de um processo que levaria ao surgimento do jornalismo político nacional. (SEABRA, 2006, p. 114)

A partir de 1820, quando D. João VI é obrigado a voltar a Portugal, devido a Revolução Constitucionalista do Porto – quando comerciantes portugueses pedem a volta do Rei -, o Brasil exhibe, então, o primeiro reflexo como imprensa livre e independente. Antes disso, a maioria dos jornais, folhetins, ou panfletos divulgados, informavam somente o que dizia respeito à vida social e administrativa do Reino.

Seabra, (2006, p.116) cita três jornais como os principais impulsionadores da imprensa livre, são eles: *Revérbo Constitucional Fluminense*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Diário Constitucional*. Entre as diversas manifestações e movimentos que marcaram o

Brasil já durante o reinado do príncipe-regente Dom Pedro I - entre eles a Independência em sete de setembro de 1822 e a Constituição de 1824 - destaca-se também um importante marco da imprensa brasileira: a liberdade do pensamento, através do decreto que determinou o fim da censura prévia em 1821, conforme explica Martins:

Em 28 de agosto, D.Pedro, príncipe-regente, decreta o fim da censura prévia a toda matéria escrita, tornando a palavra impressa livre no país. Este ato decorre de deliberação das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas. (MARTINS, 2008, p.1)

Para Seabra (2006), logo após a Independência do Brasil, a imprensa mostrava-se mais ativa e menos dependente.

A Independência, como se sabe, consumou-se em setembro de 1822. As disputas políticas que marcaram os primeiros anos do Brasil livre refletiam-se na imprensa política. A separação definitiva de Portugal exigia uma imprensa atuante (SEABRA, 2006, p. 116)

Segundo o autor (2006, p. 118), “o período regencial é marcado pela multiplicação de jornais e folhas”, muitos com pouca duração, por seguirem modelos políticos severos, agressivos e violentos, emplacando uma imprensa revolucionária. Seabra (2006, p. 119) justifica que “além de participar das disputas no centro do poder, a imprensa brasileira daquele período teve um papel relevante nos conflitos regionais”.

A imprensa brasileira viveu momentos marcantes, tanto no período monárquico quanto no republicano, ora com momentos de liberdade, ora com períodos de censura e repressão.

Em 1880 o Brasil vive seu ápice de investimentos industriais, renovando também a forma de fazer jornal, com novas máquinas e parque gráfico. A partir de 1890 surgem grandes e modernos veículos de comunicação, como o Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, o Correio Paulistano, O País, e Correio da Manhã.

Nesse mesmo contexto, Seabra (2006, p. 122) destaca nomes que marcariam a imprensa no país: “Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, André Rebouças, J. Clapp, Silva Jardim, Joaquim Serra e José Veríssimo, entre outros”.

Na “Era da imprensa industrial”, denominada pelo escritor, a literatura se aproximou do jornalismo, de forma que escritores encontram um “espaço privilegiado para a publicação de seus escritos, além da possibilidade de emprego como redator ou revisor” (Seabra, 2006, p.122). Um dos principais nomes deste período foi José de Alencar, que desenvolveu o papel de jornalista no Correio Mercantil, bem como escritor, cronista e também político.

De 1889 a 1894, os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto instauram o que ficou conhecido como República dos Marechais, adotando a censura para toda a categoria. Em 1922 é promulgada a Lei de Imprensa, instalando a censura prévia e responsabilizando jornalistas por qualquer material ofensivo publicado.

Já em 1930, o então presidente da república, Getúlio Vargas impõe a censura à imprensa, que duraria oito anos, juntamente com o Estado Novo.

Seabra (2006, p. 127) afirma que é “de 1939 a criação do temido Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. Nesse período o jornalismo político, mantido sob controle nas décadas anteriores, praticamente deixará de existir”.

Com o fim do Estado Novo, em 1945 e a redemocratização do país, agora em expansão, a imprensa vive seu melhor momento, como define Seabra:

A redemocratização e a nova Constituição de 1946 inauguram um novo período de ouro para o país, marcado pelo desenvolvimento econômico, social e cultural. Os jornais e revistas brasileiros entram em nova fase, sob forte influência do modelo norte-americano de jornalismo objetivo. O Diário Carioca inaugura no país o uso do *lead*, surge nas redações a figura do copidesque [...], a cobertura política ganha nova dimensão com as eleições presidenciais de 1945, que elege Eurico Gaspar Dutra, e a de 1950, que consagra Getúlio Vargas nas urnas. (SEABRA, 2006, p. 127)

Foram quase duas décadas de jornalismo livre, independente, sério e que transmitia os fatos, analisava os acontecimentos, debatia questões políticas e acompanhava a vida do povo brasileiro. Mas em 1964, quando o Golpe Militar estoura no país, a imprensa é a primeira a ser combatida pelo novo regime.

A partir do momento em que é instalado o Ato Institucional número 5, o A1-5, em 1968, até o fim da ditadura militar, em 1985, a imprensa viveu seu pior período, devido a censura instaurada no país, que fechava e depedrava jornais, torturavam

jornalistas e proibia qualquer publicação que estivesse relacionada ao governo e a oposição à Revolução.

Seabra (2006, p. 131) destaca que apenas alguns veículos de comunicação conseguiram se manter nessa época, ainda que ousassem encarar o regime. “Jornais como a Última Hora, por exemplo, foram minguando até desaparecer. Outros, que souberam respeitar a nova ordem, conseguiram atravessar a procela e sobreviver”.

3. GÊNEROS JORNALÍSTICOS: INFORMATIVO E OPINATIVO; POPULAR E ALTERNATIVO

O jornalismo surgiu no início do século XVII (Lage, 2003, p.9) com um discurso retórico a serviço da exaltação do Estado e da fé. Os primeiros jornais circularam a partir de 1609 na Europa e os primeiros jornalistas difundiam as idéias burguesas, classe que estava se formando nos centros de comércio.

As notícias circulavam, então, em torno de fatos de interesse comercial e político, como partida e chegada de navios, tempestades, atos de pirataria, guerras e revoluções, mas estas notícias eram vistas como “atrações secundárias, já que o que importava mesmo era o *artigo de fundo*, geralmente *editorial*, isto é, escrito pelo editor – homem que fazia o jornal praticamente sozinho” (Lage, 2003, p.10).

A prática da imprensa e do jornalismo, desde o seu surgimento, vive uma dualidade em suas ações, tanto no que diz respeito ao conteúdo, quanto à forma de se veicular uma notícia ou um fato. Kunczik (1997) se refere ao “jornalismo descompromissado versus jornalismo socialmente engajado” da seguinte forma:

O mais comum é a formulação idealista de dois tipos contraditórios. Um é o jornalismo objetivo e neutro, distanciado passivamente dos eventos de que trata. O oposto é o jornalismo ativamente comprometido, participativo e socialmente engajado, que promove causas. Na realidade, essas duas imagens normativas não se excluem mutuamente. Um jornalista pode sentir-se igualmente comprometido com a reportagem objetiva e neutra e com uma obrigação social. (KUNCZIK, 1997, p. 97)

A bipolarização entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo, segundo Laura Conde Tresca (2007, p.01), devido à censura por meio de taxas, impostos e controles fiscais, fez com que o jornalismo de opinião, de certa forma, não fosse estimulado e o jornalismo de informação fosse incentivado.

Para Álvaro Pereira (2006, p. 90), os termos opinativo e informativo surgem através dos jornalistas Pompeu de Souza e Odilo Costa Filho, em meados dos anos 50, no jornal Diário Carioca. Segundo Pereira, até aquele período, o jornalismo se utilizava de uma “linguagem engajada e panfletária”.

Os fatos não eram tratados com isenção e imparcialidade, como recomenda hoje o bom jornalismo. Ao contrário, o texto das matérias era carregado de adjetivos – às vezes elogios, às vezes depreciativos, dependendo da tendência do jornal. (PEREIRA, 2006, p. 90)

A partir do engajamento do jornalista em tornar obrigatório o *lead*¹ para qualquer texto jornalístico, ficou definido que conteúdos noticiosos se tornariam fatos imparciais e objetivos e matérias opinativas ficariam apenas em colunas e editoriais. Segundo Pereira (2006, p. 90) “a partir daquele momento, os repórteres – por mais partidários que fossem – deveriam tratar os fatos com objetividade e equilíbrio”.

3.1. Gênero Informativo

José Marques de Melo (2003) separa os formatos do gênero informativo em nota, notícia, reportagem e entrevista e esta distinção está “na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público”:

A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais freqüente no rádio e na televisão. A notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística. Por sua vez, a entrevista é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade. (MELO, 2003, p.66)

O Jornal Folha de S. Paulo (2001, p. 88), como escreve em seu Manual de Redação, considera “notícias e idéias como mercadorias a serem tratadas com rigor técnico”. A nota, segundo o Manual, é definida como “notícia curta” e é diferenciada da notícia pela extensão do texto. A notícia é “puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa”. (Manual de Redação Folha de São Paulo, 2001, p. 88).

¹ Lead - Conjunto de informações jornalísticas apresentadas de maneira objetiva, respondendo as seguintes perguntas: o quê, quem, quando, onde, como e por quê. (Galarça, 2007. p.5)

O Manual (2001, p. 88) alerta que: “suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia” e coloca como regra: “não use desses expedientes”, reforçando a idéia de não usar, em nenhum caso o elemento opinativo.

3.2. Gênero Opinativo

Segundo Pedro Celso Campos (2002, p.1), “muito antes de ser informativo ou interpretativo o jornalismo foi opinativo, como se via no panfletismo ideológico da Revolução Francesa”. Esta tendência, como afirma o autor, vigorou até o início do século passado;

Na segunda metade do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, o atual jornalismo empresarial dos EUA não destoava de escolas jornalísticas da época, como a francesa e a inglesa: praticava-se um jornalismo muito mais opinativo e tendencioso do que informativo. (CAMPOS, 2002, p.1)

O gênero opinativo, segundo Campos (2002, p.1), perdeu terreno para o informativo quando a notícia ganhou o formato de “indagação imparcial sobre os fatos, condensando no *lead* tudo o que era preciso para prender a atenção do leitor interessado na informação”, isso nos anos 30.

Campos (2002, p.1), cita Luiz Beltrão (Jornalismo Opinativo, Porto Alegre, Sulina, 1980), que defende o jornalismo opinativo:

O jornal tem o dever de exercitar a opinião: ela é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia social. (CAMPOS, 2002, p. 1)

Elizabeth Kobayashi comentando o livro “Jornalismo Opinativo” de José Marques de Melo (2003, p.73), destaca a natureza ideológica do gênero opinativo:

Os meios de comunicação coletiva, [...] são “aparatos ideológicos”, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, como dá a entender Althusser, pelo menos atuando como uma indústria da consciência, de acordo com a perspectiva que lhes atribui Enzensberger, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando

comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem. (KOBAYASHI 2003, p. 1)

Kobayashi (2003, p. 01) também destaca as modalidades que o gênero opinativo se divide que, segundo José Marques de Melo, são: editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, crônica, caricatura e carta.

O Manual de Redação da Folha de São Paulo (2001, p. 71) também descreve os gêneros jornalísticos opinativos que cabem no jornal e que são “sempre assinados”, sendo eles: análise, artigo, editorial, crítica, crônica e resenha.

Já do ponto de vista legal, se pessoas ou instituições se sentirem afetadas, acusadas ou ofendidas por uma opinião, a lei 5.250 (Lei de Imprensa) determina, no Direito de Resposta, a utilização do mesmo espaço, da mesma localização na página, do mesmo corpo e dos mesmos recursos gráficos usados na matéria considerada ofensiva.

Art. 29. Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação.

Art. 30. O direito de resposta consiste:

I - na publicação da resposta ou retificação do ofendido, no mesmo jornal ou periódico, no mesmo lugar, em caracteres tipográficos idênticos ao escrito que lhe deu causa, e em edição e dia normais. (FRANCO e STOCO, 2001, p. 2169-2170)

3.3. Jornalismo Popular e Alternativo

Para abordar o tema Alternativo é necessário estabelecer o conceito de Popular, que muito se relaciona com a imprensa nanica, mas aborda determinações diferentes. Pode-se entender que o jornalismo popular é aquele feito para o povo e com a participação dele.

Peruzzo (2004) explica que o adjetivo “popular”, bem como a palavra “povo” compreendem algumas variações. Partindo desta problemática, a autora define como

povo: “um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria”, e argumenta:

Povo não tem estatuto teórico universal, não se podendo, portanto, vê-lo sob uma categoria de análise prefixada. É preciso acompanhá-lo em seu contexto, como uma realização histórica, cuja composição e cujos interesses variam em função de fatores determinantes, estruturais e conjunturais, constituindo-se sempre num todo plural e contraditório. (PERUZZO, 2004, p. 117/118)

Entende-se, portanto, que a característica principal do jornalismo popular é fazer uma comunicação ligada ao povo, de forma que este participe ativamente da construção de uma nação e do processo de transformação e organização social. Peruzzo (2008) também descreve o conceito de movimentos populares, como:

Manifestações e organizações constituídas com objetivos explícitos de promover a conscientização, a organização e a ação de segmentos das classes subalternas visando satisfazer seus interesses e necessidades, como os de melhorar o nível de vida, através do acesso às condições de produção e de consumo de bens de uso coletivo e individual; promover o desenvolvimento educativo-cultural da pessoa; contribuir para a preservação ou recuperação do meio ambiente; assegurar a garantia de poder exercer os direitos de participação política na sociedade e assim por diante. (PERUZZO, 2008, p. 1)

Conforme Dornelles (2007, p. 2, 4), o conceito do “novo fazer popular”, pretende ampliar a discussão e os debates políticos e sociais, sempre “considerando a realidade da comunidade” e tendo a “democratização como forte apelo”.

Toda essa responsabilidade social transformou-se em um jornalismo restrito, produzido para atender determinada comunidade e informá-la de seus direitos e deveres.

Hoje, a comunicação popular é muito mais abrangente; debatendo temas de interesse da população, como educação, cultura, arte, entretenimento, informatização, tecnologia etc. Ela também está ligada a manifestações culturais, ao trabalho social e participa ativamente para a construção de uma sociedade mais justa. De acordo com Peruzzo (2008), o cidadão está mais interessado em saber o que acontece próximo a ele do que é divulgado pela grande imprensa.

No Brasil vivemos numa democracia consolidada e que se fortalece progressivamente; com as contradições advindas da globalização, as pessoas passam a se interessar mais pelo que está mais próximo no que diz respeito aos assuntos que circulam na mídia; há uma prontidão na sociedade civil para contribuir para a ampliação dos direitos e deveres da cidadania, refletida no crescente número de ONGs, associações e movimentos organizativos de toda espécie; no trabalho voluntário; na continuidade do trabalho social de igrejas; no clima de responsabilidade social que contagia as empresas; na eleição histórica de um Presidente da República que canalizou o interesse por mudança da ampla maioria da sociedade brasileira, e assim por diante. (PERUZZO, 2008, p. 2)

Ainda que muito comparado com o jornalismo popular, a imprensa alternativa – que viveu seu apogeu nos anos 60 e 70 – apresenta um conceito diferente, por se tratar de uma forma de expressão cujo principal objetivo era o combate à ditadura militar e a luta pela democracia. De qualquer forma Kucinski (1991, p. 8) explica que “os primeiros jornais alternativos nasceram no vazio deixado pelo desbaratamento da imprensa vinculada ao campo popular e pelo estreitamento do espaço crítico na grande imprensa”. Ou seja, a imprensa alternativa surge como um contraponto à grande imprensa e também influenciada pelo jornalismo popular.

Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposição em frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político. (FESTA, apud PERUZZO, 2004, p.120)

O objetivo do jornalismo alternativo, também chamado de “imprensa nanica” – devido ao tamanho dos jornais e revistas em formato tablóide – era defender os interesses nacionais e estabelecer a oposição ao Regime Militar instaurado no Brasil em 1964. Os jornais, bem como as revistas alternativas eram instrumentos de uma geração disposta a mudar o mundo e transformar o Brasil em um país democrata, com direito à liberdade de pensamento e expressão.

Jornais como Pif-Paf, O Sol, Poder Jovem, Amanhã, O Pasquim, Opinião, Versus, Movimento, De Fato, Coojornal, entre tantos outros, tiveram importância e representatividade durante o período que se sucedeu os 21 anos de ditadura militar no Brasil. Essa imprensa era voltada normalmente para militantes políticos, sindicalistas,

estudantes, e brasileiros interessados em ver o “o outro lado”, como explica Perseu Abramo:

No sentido estrito do termo, essa imprensa nunca foi de fato uma alternativa à outra imprensa, à chamada grande imprensa ou imprensa burguesa. (...) O caráter real da imprensa chamada alternativa é o de que, na verdade, tratava-se muito mais de fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la. É como se, na Era da Ditadura, houvesse necessidade de colocar no papel o substrato de um movimento de contracultura, disperso e fragmentado sim, mas inegavelmente existente nos anos 60 e 70. (ABRAMO, 1988, p. 1)

Bernardo Kucinski (1991) afirma que a imprensa alternativa dividia-se em ciclos, de acordo com as manifestações que aconteciam no Brasil e demais regimes que dominavam outros países. Segundo o autor, os jornais surgiam a partir de um novo motivo, como por exemplo, com a Revolução Cubana e a criação de uma guerrilha continental, passeatas estudantis, protestos contra a guerra do Vietnã, manifestações pelo assassinato de Vladimir Herzog, campanha da anistia e assim por diante. Portanto, entende-se que cada acontecimento representou um marco para a imprensa alternativa.

Mesmo sob forte censura e autoritarismo dos militares, que prendiam, torturavam, matavam jornalistas, explodiam bancas de jornal e exilavam militantes políticos, a imprensa alternativa exerceu seu papel e publicou notícias e opiniões muitas vezes escondidas pela grande imprensa.

Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro. (ABRAMO, 1988, p. 1)

Seabra (2006) recorda que não eram apenas jornalistas opositores, os perseguidos pela ditadura. Qualquer um que simpatizasse com a linha oposicionista era perseguido, torturado e até mesmo assassinado pelo regime, como cita o autor:

Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, chefe do Departamento de Jornalismo da Tv Cultura de São Paulo, morre nas celas do DOI-CODI paulista, após seguidas sessões de tortura. Herzog era simpatizante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o velho

Partidão, mas nunca esteve envolvido com ações armadas contra o governo e sempre trabalhou na grande imprensa. Sua morte causou comoção e mobilizou milhares de pessoas em um ato público em São Paulo, o primeiro depois de decretado o AI-5. (SEABRA, 2006, p. 133)

Outro ponto que chamava a atenção para a imprensa alternativa eram as ilustrações feitas por colaboradores, escritores ou próprios jornalistas. Os desenhos – normalmente charges e caricaturas – abordavam temas centrais da ditadura, sempre de forma irônica, e com forte apelo pelo fim da linha dura.

Kucinski (1991, p. 7) cita nomes de humoristas e cartunistas cariocas de maior sucesso dos anos 70, como Jaguar, Ziraldo, Millôr e Henfil; essa mesma equipe foi quem ajudou a criar o primeiro jornal Pif-Paf (1964), além de O Pasquim, Carapuça, Flor do Mal, Já, e Enfim.

Cínicos e libertários, os escritores satíricos e cartunistas desempenharam um papel central na resistência à ditadura brasileira. Nenhuma outra categoria se opôs de forma tão coesa. (...) Submetidos à persistente censura, que suprimia e mutilava originais, e a má vontade dos proprietários da grande imprensa, os humoristas ergueram uma imprensa própria, alternativa. Com ela, driblaram o poder, num exercício lúdico e típico de seu ofício. (KUCINSKI, 1991, p. 14)

Seabra (2006, p. 132) afirma que “se o jornalismo político brasileiro sobreviveu aos vinte anos de arbítrio militar, isso se deve, em grande parte, ao trabalho feito pela chamada imprensa nanica”.

Para encerrar, Gustavo Barreto (2004, p. 1) diz que a imprensa alternativa atual está ligada a “uma linha editorial diferente, com toda uma estrutura de pensamento e lógica conceitual diferente”. De acordo com Barreto, a imprensa alternativa não possui meios de comunicação de massa, como emissoras de televisão, rádio e jornais de grande circulação. Para Barreto, “Tudo está, em maioria absoluta, na mão da grande imprensa”.

4. CINEMA, DOCUMENTARISMO E JORNALISMO

A invenção do cinema deve-se a um processo histórico de uma série de inventos e experimentações do final do século XIX. Guido Bilharinho diz que esta invenção é disputada por norte-americanos, alemães e franceses.

Para os norte-americanos, seu inventor é Thomas Edison, porque em 22 de maio de 1891, antes pois de qualquer outro, apresenta publicamente o quinetoscópio(...). Para os segundos, o invento é alemão, porque, a 1º de novembro de 1895, ocorre em Berlim, uma sessão cinematográfica também pública e paga, organizada por Max e Emil Skaladanowski, utilizando o bioskop(...). Para os últimos a glória é francesa, porque além do cinematógrafo dos Lumière, o também francês Louis Aimé Auguste Leprince, em novembro de 1888, filma o jardim da residência de seu sogro. (BILHARINHO, 1996, p. 58)

E todos estes experimentos e conquistas, conclui o autor, leva à invenção do cinematógrafo em 1895 e conseqüentemente, os irmãos Louis e Auguste Lumière, a serem “considerados os inventores do cinema” (Bilharinho, 1996, p. 59). A chegada do cinema no Brasil se dá no final do século XIX, mais precisamente em 1896, no Rio de Janeiro. Segundo Paulo Emílio (1980, p.28), “a novidade foi apresentada inúmeras vezes nos centros de diversão da Capital e em algumas outras cidades”. Dois anos depois, ainda de acordo com o autor, foram realizadas as primeiras filmagens no Brasil. No início do século XX o Rio “conheceu a idade de ouro do cinema brasileiro” (Emílio, 1980, p. 29), com a predominância dos “filmes que reconstituíam os crimes que impressionavam a imaginação popular” (Emílio, 1980, p. 29). De acordo com o escritor (1980, p. 39), a primeira sala fixa foi instalada em 31 de julho de 1897, e chamou-se Salão de Novidades, mas como o cinema era uma novidade francesa, passou logo a ser o Salão Paris no Rio.

Os chamados “curtas-metragens de atualidade” asseguravam aos cinegrafistas, ocasionalmente, realizarem um filme dramático. De acordo com Emílio (1989, p.30), durante 10 anos, foram produzidos anualmente apenas cerca de seis filmes de enredo. Somente a partir de 1925 é que dobra a média de produção anual e há progresso na qualidade, sendo que em torno de 1930 nasceram os clássicos do cinema mudo

brasileiro. “Durante a década de 50, a produção, com o Rio novamente à frente, não cessou de aumentar, chegando a estabilizar-se em torno de 30 filmes anuais” (Emílio, 1980, p. 32). No fim dos anos 50 e início dos 60, o Brasil vive momentos de aguda esperança se refletindo no cinema nacional. (Emílio, 1980, p. 34).

4.1. Os Desafios do Documentarismo

Guido Bilharinho (1996, p.19) divide a produção cinematográfica em dois ramos distintos: o cinema-indústria e o cinema-arte, sendo que “tanto o cinema-indústria como o cinema-arte produzem filmes”. O autor define:

O primeiro, como meros artefatos descartáveis de consumo imediato. O segundo, como obras de arte destinadas ao prazer estético, compondo o patrimônio e a memória artística e cultural da humanidade, eternizando-se. (BILHARINHO, 1996, p. 19)

Bilharinho classifica os gêneros cinematográficos como comédia, ficção científica, filmes de guerra, musical, policial, suspense, terror e western. O autor (1999, p.150) afirma que “de modo geral, excetuados o documentário e parte da comédia e dos musicais, todos os demais gêneros são dramáticos”. Apesar desta classificação, Bilharinho não cita onde o gênero documentário poderia se enquadrar.

Desde a invenção do cinema, o filme documentário mostrou-se como uma opção de roteiro para reproduzir a realidade. Nepomuceno (1997, p.20) caracteriza o documentário como sendo “um gênero áudio-visual utilizado como forma de expressão da sociedade e registro dos acontecimentos”. Para o autor (1997, p.20) “alguns fatores presentes no documentário facilitam a compreensão dos espectadores, como a linguagem mais aprofundada e o maior tempo disponibilizado para a sua produção e exibição”.

Manuela Penafria (2006, p. 1) propõe o termo de Documentarismo para “designar uma perspectiva que coloca em destaque diferentes modos de ver o mundo através do cinema e no cinema”.

Neste sentido, o documentarismo pressupõe uma contiguidade entre o filme documentário e o filme de ficção, apresenta-se como uma consequência da dificuldade em distinguir o registro documental do registro ficcional e tem a utilidade de destacar que a classificação de um filme importa muito menos que o modo como olhamos e somos olhados pelo cinema, o que poderá contribuir sobremaneira para libertar o documentário do peso que sobre ele recai de re-presentar ou ter por dever re-presentar a “realidade tal qual. (PENAFRIA, 2006, p. 1)

Para Penafria (2004, p.11), “documentar é a vontade de preservação das nossas memórias, uma tomada de consciência da nossa diversidade ou uma necessidade de nos manifestarmos”, constituindo-se o filme documentário, portanto, como “uma ferramenta de preservação de cultura”.

A estrutura do filme documentário, embora se diferenciando do filme ficcional, não deixa de ser caracterizado como cinema.

Penafria (2004, p.1) afirma que “um documentário pauta-se por uma estrutura dramática e narrativa, que caracteriza o cinema narrativo. A estrutura dramática é constituída por personagens, espaço da acção, tempo da acção e conflito”.

O que diferencia essencialmente o filme documentário do ficcional é a relação do diretor documentarista com seus personagens, que não são, na realidade, atores representando uma história ficcional, mesmo quando baseada em fatos reais. Essa relação é explicada pela autora:

Um documentário pouco se afasta dos procedimentos de produção dos filmes de ficção. No entanto, é consensual que o documentário não recorre à "d direcção de actores", própria dos filmes de ficção. A natureza da relação que um realizador de ficção estabelece com os actores é diferente da natureza da relação que um documentarista estabelece com os "actores" do seu filme. Mais correctamente, estes últimos são designados por intervenientes. Um realizador de ficção dirige os actores, é ele que constrói as personagens que os actores interpretam. É ele que decide como devem expressar-se. Um documentarista não dirige actores, não constrói personagens (pode sim, transmitir uma determinada imagem das suas personagens - intervenientes). (PENAFRIA, 2001, p. 1 – 2)

No aspecto de conteúdo, o documentarismo se volta muito mais para os aspectos artísticos, culturais, científicos e técnicos, servindo de maneira ampla tanto ao público em geral, quanto o acadêmico.

Os documentários são apresentações cujo suporte em filme ou em vídeo, são construídos para fins de transferência ampla ou restrita de conhecimentos sobre determinados assuntos, geralmente culturais, científicos ou técnicos. (FRANCO, 1997, p. 1).

Em geral, o vídeo-documentário requer um maior aprofundamento do tema e, portanto, maior empenho e trabalho de seus idealizadores, não somente no que diz respeito à pesquisa, como também à sua produção. Franco (1997, p. 5) cita Paulo Francis, com respeito a televisão, como um todo: “são vinte horas de preparação, para dois minutos de apresentação” e afirma: “no que se refere a tele-documentários esta explicação nem de longe é exagerada. De fato, é extremamente precisa”.

No jornalismo, o documentarismo é usado quando se quer aprofundar um assunto ou mesmo abordar temas polêmicos, que merecem uma reportagem mais aprofundada, mas Ivana Bentes (2008, p. 4) analisa um filme documentário sob a ótica da linguagem utilizada “e não simplesmente para os ‘temas’ e ‘assuntos’, não simplesmente a ‘pauta’, mas a forma. Essa é uma questão decisiva”.

É preciso “ver” a pesquisa por trás das questões abordadas, se perguntar pelos métodos de captação das imagens, o uso de materiais de arquivo, a pesquisa prévia ou a decisão de chegar, sem nenhum ou pouco conhecimento anterior, à abordagem dos temas e personagens, como se fosse uma “primeira vez. (BENTES, 2008, p. 4)

Bentes (2008, p.3) alerta para o fato de que “a maioria dos espectadores só tem como referência os programas jornalísticos da televisão como exemplos de documentários”, mas afirma que “televisão tem ainda muitos canais devotados ao documentário: Discovery Channel, National Geographic, etc. Cada um com um ‘nicho’ e linguagem própria”.

Pode-se concluir portanto, que o videodocumentário é uma forma de mídia capaz de influenciar o telespectador devido a profundidade do tema, além de despertar a atenção para algo novo, que não está diariamente disponível nos canais de televisão

5. CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL E FOZ DO IGUAÇU

A ditadura militar vivida no Brasil durante 21 anos teve início com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, quando então, o vice-presidente, João Goulart, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) assumiu o cargo, tomando posse em 7 de setembro de 1961.

Popularmente conhecido como Jango, o vice-presidente manifestava idéias sociais e adotava reformas econômicas para o desenvolvimento do país, o que não agradava a oposição formada pelas classes dominantes e militares. O pensamento da burguesia era de que Jango transformaria o Brasil em um país socialista, devido às suas idéias revolucionárias. O apoio popular foi o grande aliado no governo de Jango, como explica Cancian:

Desde o início de seu mandato, Jango não dispunha de base de apoio parlamentar para aprovar com facilidade seus projetos políticos, econômicos e sociais, por esse motivo a estabilidade governamental foi comprometida. Como saída para resolver os freqüentes impasses surgidos pela ausência de apoio político no Congresso Nacional, Jango adotou uma estratégia típica do período populista, recorreu a permanente mobilização das classes populares a fim de obter apoio social ao seu governo. Foi uma forma precária de assegurar a governabilidade, pois limitava ou impedia a adoção por parte do governo de medidas antipopulares. (CANCIAN, 2008, p. 1).

Foi através deste apoio que Jango conseguiu exercer todos os poderes como presidente. Organizações populares, sindicalistas, estudantes e trabalhadores eram fortes aliados e participavam de grandes movimentos para a reestruturação econômica do país. Mesmo assim, a situação de instabilidade se agravou, já que João Goulart não dispunha de apoio do Congresso Nacional e a linha ideológica do novo presidente não agradava às classes conservadoras.

Ao longo do ano de 1963, o país foi palco de agitações sociais que polarizaram as correntes de pensamento de direita e esquerda em torno da condução da política governamental. Em 1964 a situação de

instabilidade política agravou-se. O descontentamento do empresariado nacional e das classes dominantes como um todo se acentuou (...) Atos públicos e manifestações de apoio e oposição ao governo eclodem por todo o país. (CANCIAN, 2008, p. 1).

O clima político e as fortes tensões aumentavam a cada nova manifestação, ora organizada por aliados ao governo, ora protagonizada pela oposição. Até que no dia 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e São Paulo invadiram as ruas do Rio de Janeiro e tomaram o poder através do Golpe de Estado. Para evitar mais conflitos, o presidente refugiou-se no Uruguai e em 1º de abril, os militares assumiram o poder. Segundo Cancian (2008, p. 1) “o golpe pôs fim a primeira experiência de regime democrático no país e encerrou com a fase populista” com o apoio de setores sociais diferentes.

O movimento conspirador que depôs Jango da presidência da república reuniu os mais variados setores sociais, desde as elites industriais e agrárias (empresários e latifundiários), banqueiros, Igreja Católica e os próprios militares, todos temiam que o Brasil caminhasse para um regime socialista. (CANCIAN 2008, p. 1).

Durante os vinte e um anos, o país viveu o que ficou conhecido como os Anos de Chumbo. Os militares instauraram a ditadura, combatendo e oprimindo qualquer manifestação contra o governo. O Brasil passou a conviver com a falta de democracia, a censura, a repressão, guerrilhas rurais e urbanas, lutas, manifestações e torturas, principalmente depois de decretada a Lei de Segurança Nacional, que autorizava o exílio e a pena de morte em casos de subversão. Além do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), em 1968, que cassou mandatos e aposentou juízes, acabou com o *habeas-corpus* e aumentou a repressão militar. Todos os Atos Institucionais foram criados para dar mais poder aos militares e oprimir a oposição.

Calcula-se, em números conservadores, que mais de 1.400 pessoas foram afastadas da burocracia civil e em torno de 1.200 das Forças Armadas. Eram especialmente visadas as pessoas que se haviam destacado em posições nacionalistas e de esquerda. (FAUSTO, 2006, p. 259).

Durante a ditadura, o governo passou pelas mãos de diferentes militares eleitos indiretamente pelo Congresso Nacional. Foram eles: Marechal Humberto de Alencar

Castelo Branco, General Arthur da Costa e Silva, General Emílio Garrastazu Médici, General Ernesto Geisel e General João Baptista Figueiredo.

Segundo Cancian (2008, p. 1), logo após o golpe em 1964, o governo “não encontrou grande resistência popular, apenas algumas manifestações que foram facilmente reprimidas”. Mas foi a partir de 1968 que a repressão aumentou. Isso porque partidos de oposição ganharam as eleições para governador em 1965 nos Estados de Minas Gerais e Guanabara – Rio de Janeiro.

Como o número de opositores aumentava, os militares se viram obrigados a combater ainda mais, abolindo todos os partidos políticos oposicionistas e utilizando a tortura como aliada, conforme explica Skidmore:

Eles não tiveram mais sucesso com a opinião pública do que antes, a oposição cresceu e a paciência dos militares de direita se esgotou em 1968. Os militares tornaram-se cada vez mais repressivos, censurando a imprensa ainda mais estritamente, provocando um movimento de guerrilha armada e usando a tortura em seus esforços para esmagar toda a oposição. (SKIDMORE, 1998, p. 225)

Como explica Skidmore (1998, p. 232), com a forte repressão aplicada pelo governo, a oposição criou grupos armados de resistência, vindo a tona em 1969, encabeçados pelo ex-membro do Partido Comunista Brasileiro, Carlos Marighela. Com princípios marxistas e idéias nacionalistas, os guerrilheiros começaram a assaltar bancos, seqüestrar diplomatas e praticar uma série ataques como forma de combate a linha dura. Além disso, eles também negociavam a “libertação de guerrilheiros presos pelas forças de segurança”.

Embora os seqüestros não tenham provocado uma efusão de apoio popular para o movimento guerrilheiro, levaram as forças de segurança a tomar medidas ainda mais draconianas. Elas passaram a recorrer a todos os métodos de vigilância e tortura em sua caça de informação (SKIDMORE, 1998, p. 234)

Mesmo com a oposição totalmente “liquidada em meados de 1974”, os militares mantiveram a tortura sob a alegação de “permanência da ameaça da guerrilha para justificar o prosseguimento da repressão”. (Skidmore, 1998, p. 235).

Neste mesmo contexto, a censura figurava fortemente entre todos os veículos de comunicação. Para o autor (1998, p. 241) a “pressão direta sobre os editores e donos de jornal era suficiente para criar auto-censura”. Com exceção dos jornais alternativos, a imprensa tornou-se muda durante o regime, cumprindo exatamente o papel estipulado pela ditadura, caso contrário, jornalistas eram exilados ou presos pela Lei de Segurança Nacional. Outros, porém, como as Organizações Globo, mantiveram o favoritismo, seguindo uma política pró-governo e obtendo diversas facilidades em troca, como afirma Skidmore (1998, p. 241): “Sua expansão foi abertamente favorecida pelos governos militares, que lhe garantiram as melhores locações e facilitaram a importação do equipamento mais atualizado”.

Os métodos de tortura e a censura absoluta tornaram-se freqüentes no cotidiano da sociedade, ainda com mais força durante o governo do General Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), obrigando artistas, intelectuais, estudantes e políticos a deixar o país e se exilar no exterior, fugindo das terríveis ameaças e perseguições vividas no Brasil.

Para o grande público, Médici era um nome desconhecido. Além disso, não tinha gosto pelo exercício do poder, tendo delegado a seus ministros o exercício do governo. Daí resultou o paradoxo de um comando presidencial dividido em um dos períodos mais repressivos, se não o mais repressivo, da história brasileira. (FAUSTO, 2006, p. 267).

A tortura figurava como grande aliada dos militares, que sob a alegação de investigar partidos comunistas e opositores do governo, mantinham terríveis métodos de massacre, até mesmo durante semanas, depois de obtida a informação desejada, como define Skidmore:

A maioria dos oficiais aceitara a linha oficial (admitida interna, mas nunca publicamente) de que a tortura era usada imediatamente após a prisão para obter informação “quente” que “salvaria” vidas. Mas os torturadores às vezes continuavam seu trabalho por semanas ou mesmo meses depois da prisão da vítima, quando já não havia nenhum propósito tático para tal brutalidade. (SKIDMORE, 1998, p. 247).

De qualquer maneira, vale citar que a economia brasileira, mesmo oscilando em alguns períodos, apresentou boas características com relação à inflação que fora

reduzida e a expansão econômica, que representou o crescimento da industrialização. Embora a dívida externa tivesse aumentado em consequência do petróleo e a desigualdade social ainda permanecer, números apontavam para a qualidade de vida do povo brasileiro.

Durante o período de 1960 a 1987-1988, a mortalidade infantil (abaixo de cinco anos) caiu de 160 para 85 por 1.000. No decorrer do mesmo período, a expectativa de vida cresceu de 55 para 65 anos. As taxas de alfabetização subiram, como também o número de casas com água encanada (...). Finalmente, o acesso ao rádio continuou a crescer e a televisão tornou-se uma realidade para muitos, transformando o tempo de lazer de milhões de pessoas. (SKIDMORE, 1998, p. 254).

O crescimento de capital no Brasil ficou conhecido como o “Milagre Econômico”, e estendeu de 1969 a 1973, como enumera Boris Fausto (1998, p. 68): “O PIB cresceu na média anual de 11,2% no período, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%”. Para Fausto (1998, p.68), o crescimento da economia tinha explicação: “Os técnicos (...) beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação da economia mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos”.

5.1. Redemocratização

Em 1982, os brasileiros já votavam para governador. As lutas então vinham à tona para eleições diretas a presidente da República, bem como a votação para prefeitos municipais.

Segundo Skidmore (1998, p. 255), o primeiro passo para a redemocratização do país surgiu no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), através do conselheiro e chefe da Casa Militar, general Golbery do Couto e Silva que traçou contatos com a oposição, entre eles a igreja católica e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para o autor (1998, p. 259), “Geisel desempenhara um papel crucial em desarmar a linha dura e dirigiu uma transição extremamente delicada para a volta da democracia eleitoral”.

Além disso, Skidmore afirma que as democracias internacionais ajudaram a influenciar a elite. Isso porque a classe burguesa acreditava que o Brasil poderia se tornar um país democrático e viver no mesmo contexto que países do Atlântico Norte.

O uso da tortura e o abuso aos direitos humanos desde 1964 trouxeram duras críticas das igrejas (incluindo o Vaticano), políticos e intelectuais nos Estados Unidos e Europa ocidental. O temor da elite brasileira da revolução social (que esmaecia rapidamente depois de uma década de governo repressivo) estava sendo superado pelo seu desejo de voltar ao mundo democrático. (SKIDMORE, 1998, p. 257/258).

Mas a democratização no Brasil só foi possível devido as grandes manifestações e atos populares ocorridos em todo o país. Em junho de 1979, dentro do processo de abertura política lenta, gradual e irrestrita, o governo do general João Figueiredo (1979-1985), encaminha ao Congresso Nacional o projeto de Lei da Anistia, marcando a volta em novembro dos primeiros brasileiros exilados.

O benefício atingiu estudantes, professores e cientistas afastados das instituições de ensino e pesquisa nos anos anteriores. Entretanto, o reaproveitamento de servidores civis e militares ficou subordinado à decisão de comissões especiais criadas no âmbito dos respectivos ministérios para estudar cada caso. (O Estado de São Paulo, 2008, p.1).

Em 1984 o povo pede eleições diretas para presidente da República. As Diretas Já ficaria eternamente conhecida pelo número de pessoas em comícios nas grandes cidades, como destacou Skidmore (1998, p. 260): “Ela começara (...) com o PMDB, sendo endossada pelo clero católico e logo tornou-se um entusiástico movimento com comícios regionais que alcançaram 500.000 pessoas no Rio e 1 milhão em São Paulo.”

Depois que milhões de brasileiros foram as ruas de todo o país pedir eleições direta, estava nas mãos do Congresso Nacional aprovar a emenda Dante de Oliveira (nome do deputado federal que realizou a proposta), prevendo o imediato estabelecimento da eleição para a escolha do novo presidente da República.

Conforme a reportagem “O Caminho das Flores”, publicada na Revista Veja em 25 de abril de 1984, a emenda só poderia ser aprovada caso houvesse o voto de dois terços dos deputados e senadores, e diante de uma ofensiva civil e militar do governo, as chances eram praticamente nulas. Mesmo após negociações e novas

manifestações, o Congresso não aprovou a emenda, e elegeu indiretamente um novo presidente.

Infelizmente o esforço foi insuficiente no Congresso controlado pelo governo, onde malgrado a enorme pressão pública, os proponentes das eleições diretas ficaram apenas a 22 votos da maioria necessária de dois terços. Houve uma enorme desilusão pública. Um outro presidente seria eleito indiretamente. (SKIDMORE, 1998, p. 260).

Foi em 1985 que o primeiro presidente civil (desde Jânio Quadros) foi eleito. Mesmo que indiretamente e pelo colégio-eleitoral, Tancredo Neves apresentava propostas que agradavam a população. O ex-governador de Minas Gerais assumiria a presidência no dia 15 de janeiro, mas nas vésperas da posse, Tancredo foi internado e faleceu em 21 de abril de 1985. O então vice-presidente José Sarney, que já assumiria interinamente, passou a governar o Brasil.

O período conhecido como Nova República trouxe avanços importantes: ainda em 1985, uma emenda constitucional restabeleceu eleições diretas para a presidência e para as prefeituras das cidades consideradas como área de segurança nacional pelo Regime Militar. A emenda também concedeu direito de voto aos maiores de 16 anos e, pela primeira vez na história republicana, os analfabetos também passaram a votar, um dos grandes avanços das eleições. (BRANCO, 2002, p.1)

A volta completa da democracia acontece apenas em 1989, quando o brasileiro vota para a presidência da República e elege diretamente, em segundo turno, o empresário Fernando Collor de Mello, que permaneceu no cargo de 1990 a 1992.

5.2. Breve Contexto Histórico de Foz do Iguaçu

A cidade de Foz do Iguaçu - localizada na região Oeste do Estado do Paraná, fronteira com o Paraguai e a Argentina – foi constituída como município em 1914. Atualmente com 311.000 habitantes.

Durante o regime militar, a cidade era considerada como Área de Segurança Nacional, convivendo de 1968 até 1985 com a falta de democracia, tendo como prefeitos apenas militares nomeados pelo presidente da República.

Em 1965, os partidos políticos foram extintos pelo Ato Institucional nº 2, e a partir de 1968 os prefeitos de regiões consideradas “Área de Segurança Nacional”, como Foz do Iguaçu, passaram a ser nomeados pelo ditador de plantão. (...) Dessa forma, os governos militar e os políticos da Arena (partido de apoio ao governo militar) usaram os municípios da “Área de Interesse da Segurança Nacional” para impor suas políticas e perpetuar-se no poder através da nomeação de prefeitos. (NETO; FREITAS, 2008. p. 23)

A partir de 1970 surge outro aspecto de grande destaque para a cidade; a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu – entre Brasil e Paraguai ligados entre o Rio Paraná. O presidente em vigor era o militar João Figueiredo, que mantinha a obra como prioridade para o país. A construção exigia uma grande produção de mão de obra, expandindo a população de Foz do Iguaçu, que em 20 anos registrou um crescimento de 383% em sua população.

A construção da hidrelétrica de Itaipu empregou um contingente de mão-de-obra que, no ápice de sua construção, atingiu cerca de 40.000 trabalhadores. Foz do Iguaçu, segundo dados do IBGE, contava em 1970 com 33.966 habitantes e passou a ter, 136.321 em 1980. Se comparada à população de 1960 (28.212 habitantes), registrou-se um crescimento de 383% no total da população do Município em apenas 20 anos”. (PORTAL PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2008, p. 01)

Definitivamente, a cidade não estava preparada para receber milhares de trabalhadores, que se alojavam em hotéis e imóveis alugados. O transtorno e as dificuldades eram imensos, inclusive para a população que teve de se adaptar aos novos moradores. Além da construção, outras obras movimentavam a cidade, como explicaram os autores: “Visando atender às necessidades de Itaipu, foi construída uma nova malha urbana, ligando a cidade à usina. Foram rasgadas algumas avenidas, endividando tremendamente a prefeitura local”. (Neto; Freitas, 2008, p. 20)

Ao fim da obra, outro problema surgiu: o desemprego de centenas de trabalhadores que não tinham para onde. Desta maneira surgiu o ciclo do contrabando, reacendendo o comércio do país vizinho e reduzindo o número de pessoas marginalizadas.

No contexto político que surge o jornal Nosso Tempo, a cidade de Foz do Iguaçu tinha como Prefeito o Coronel Clóvis Cunha Vianna, que permaneceu no cargo de 1974 a 1984 (Lima, 2001, p. 96).

Na época, todos achavam que era mais um coronel a mandar na cidade. Enganaram-se todos, ele ficou por dez longos anos. Foi uma época de contrastes por ter sido um período de grandes avanços para a cidade por conta da construção da Usina Itaipu Binacional e ao mesmo tempo em que a corrupção começava a campear na administração pública. (LIMA, 2001, p.96)

Uma das primeiras bandeiras de luta levantadas pelo Jornal Nosso Tempo foi justamente o fim da nomeação de prefeitos em Foz do Iguaçu, denunciando a “Corrupção e incompetência na Prefeitura” (Jornal Nosso Tempo, ed. 29, 1981, p. 1).

Prefeito prestigia corruptos e incompetentes – Secretaria Municipal de Educação está entregue às traças. Cunha Vianna está Isolado. Corruptos são promovidos ao invés de punidos. Quem falou tudo isso foi ninguém menos que o presidente da Câmara, João Kuster (NOSSO TEMPO, 1981, ed. nº 29, p.1).

Os cinco anos subseqüentes à fundação do Jornal Nosso Tempo (1980-85) foi uma época de efervescência política no país e também em Foz do Iguaçu. O Brasil vivia a abertura política e a Campanha pelas “Diretas Já”, ganhava força em todo o país.

No Paraná, as eleições de 1982 elegeram o governador José Richa, do partido de oposição ao regime militar o PMDB, que concorreu com Saul Raiz do PDS, partido da situação. “Em Foz do Iguaçu, que em razão de ainda ser considerada área de segurança nacional, continuava com o prefeito nomeado” (Lima, 2001, p. 100).

Mas a onda oposicionista conseguiu eleger a maioria da Câmara de Vereadores, que conquistou oito cadeiras, contra sete da situação, entre os vereadores eleitos estavam os próximos prefeito e vice-prefeito eleitos pelo voto direto, Dobrandino Gustavo da Silva e Roberto Campana.

Em 1984, sob forte pressão oposicionista, o prefeito Clóvis Cunha Vianna pede afastamento do cargo.

No dia 11 de fevereiro de 1984, para surpresa de todos aqueles que lutavam pelo direito do voto, o coronel Clóvis Cunha Vianna oficializou

seu pedido de afastamento do cargo de prefeito. Ele, que havia se estabelecido na “Terra das Cataratas” nove anos antes, sob o manto protetor do general Costa Cavalcanti, deixava o cargo de cabeça baixa (NETO; FREITAS, 2008. p. 27)

O novo prefeito indicado foi Wádis Benvenutti, ainda do PDS. “Seria o último prefeito nomeado, de uma série que havia começado em quatro de junho de 1968” (Neto; Freitas, 2008, p.28).

No ano de 1984 grandes manifestações por todo o país pediam eleições diretas para presidente e o Jornal Nosso Tempo encabeçou a campanha em Foz do Iguaçu com um ingrediente a mais: os comícios realizados na cidade e região também pediam a “liberdade para Juvêncio Mazzarollo”, que estava preso, enquadrado pela Lei de Segurança Nacional.

Mazzarollo foi libertado em abril de 1984 e o Jornal Nosso Tempo em sua edição nº 114 estampou a manchete em sua capa: “Suprema Corte repara injustiça do Tribunal Militar” (Jornal Nosso Tempo, 1984, ed. 114, p. 1).

Eram 14 horas quando um avião da Varig pousava no Aeroporto em Foz do Iguaçu. Centenas de pessoas aguardavam no saguão do aeroporto. Os “mais chegados” avançaram o “hal” e se aproximaram da aeronave à espera do desembarque de um homem franzino e raquítico. Não era nenhum chefe de estado, nem ministro, nem deputado. Tratava-se de Juvêncio Mazzarollo, o último preso político do Brasil. (NOSSO TEMPO, 1984, ed. nº 114, p. 1)

No mesmo mês (abril/84) a Emenda Dante de Oliveira, que previa eleição direta para presidente foi rejeitada pelo Congresso Nacional, assim, “as atenções e as lutas se voltaram para as eleições diretas nos municípios de área de segurança nacional” (Neto; Freitas, 2008, p. 29), emenda que foi aprovada em maio de 1985.

No dia 15 de novembro de 1985, 46 mil eleitores foram às urnas em Foz do Iguaçu para escolher o novo prefeito da cidade, entre cinco candidatos: Dobrandino Gustavo da Silva (PMDB), Tércio Albuquerque (PDS), Oziris Santos (PDS), Álvaro Albuquerque (PDT) e Caetano Vivone (PT). Dobrandino Gustavo da Silva foi eleito prefeito, tendo como vice Roberto Campana, ambos do PMDB.

Na edição nº 195, na semana de 16 a 22 de novembro de 1985, o Jornal Nosso Tempo estampava as manchetes: “Dobrandino é o Prefeito”, “PMDB varreu o Paraná” e “Dobrandino eleito: é o fim dos 25 anos de coronelismo e biônicos” (NOSSO TEMPO, 1985, ed. nº 195 p. 1).

Após 1985, com o fim da ditadura no Brasil e na maioria dos países latino-americanos e a volta das eleições diretas em todas as estâncias do poder, o Jornal Nosso Tempo passou a defender setores populares da sociedade, como colonos, agricultores sem terra, índios, operários e a população mais pobre e desassistida. Neste contexto o Jornal Nosso tempo surgiu e perdurou durante 14 anos.

6. JORNAL NOSSO TEMPO: UM MARCO DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA EM FOZ DO IGUAÇU

Um exemplo de comunicação popular/alternativa em Foz do Iguaçu foi o jornal *Nosso Tempo*, semanário regional editado entre 1980 e 1994 – sendo publicado no último ano com periodicidade diária.

Durante as pesquisas foram encontrados registros na Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu comprovando que até 1993 o *Jornal Nosso Tempo* se mantinha com a periodicidade semanal. No *clipping* de jornais do ano de 1994, o *Nosso Tempo* é encontrado como sendo diário, já que os recortes trazem a data do dia da semana (anexo 01). A partir de 1995 não há mais nenhum registro de circulação do *Jornal Nosso Tempo*.

O veículo foi um dos muitos jornais populares/alternativos editados regionalmente, como cita Bernardo Kucinski (2003, p. 38), no livro *Jornalistas e Revolucionários*: “havia linhagens regionais, formadas por intelectuais e jornalistas relativamente isolados dos centros de produção intelectual, levados a lançar sucessivos jornais para dar vazão à criatividade”.

Entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar (Kucinski, 2003, p. 13). O *Jornal Nosso Tempo* nasce após este período, em 1980, mas segue a mesma linha da imprensa nânica.

Para se entender a proposta do jornal e o que ele representou para a cidade de Foz do Iguaçu é preciso contextualizá-lo histórica e politicamente, como já foi analisado no capítulo anterior, no período que compreende os anos de 1964 a 1984, quando o Brasil viveu uma ditadura militar de cunho direitista, mantida principalmente na censura e na limitação dos direitos individuais e coletivos.

A partir de 1980, com a abertura gradual do cenário político, lutas democráticas como a Anistia Ampla Geral e Irrestrita, as Eleições Diretas para Presidente e a Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte ganharam as ruas, arrastando multidões atrás destas bandeiras.

Neste cenário surgiu, em dezembro de 1980, o Jornal Nosso Tempo, um semanário de caráter popular/alternativo, que se colocou frontalmente contrário ao regime militar, opositor aos governos estadual e municipal e disposto a organizar a população em torno de lutas reivindicatórias e democráticas.

Unindo cerca de 20 sócios, três militantes com extensas histórias de lutas de resistência, inclusive armada, formaram o corpo editorial do Jornal recém fundado: Aluízio Palmar, Juvêncio Mazzarollo e Adelino de Souza, assinaram a primeira edição do Jornal como diretores proprietários (anexo 02).

O nome “Nosso Tempo” trazia referência a outro jornal popular/alternativo, editado no Rio de Janeiro, o “Em Tempo”, conforme declarou Aluízio Palmar em entrevista ao documentário “Jornal Nosso Tempo: um marco da resistência democrática em Foz do Iguaçu”. Segundo Palmar, “o Nosso Tempo não existiria se não tivesse existido o Jornal Hoje Foz, um jornal com uma influência muito forte da imprensa alternativa. Um jornal comercial, normal, mas um jornal audaz para a época”.

João Adelino de Souza afirma no documentário que, em uma entrevista para o Jornal Hoje Foz, o então presidente da Associação dos Professores do Paraná (APP) em Foz, Juvêncio Mazzarollo declarou que o governador, na época Jaime Canet Júnior, era subversivo.

Ele (Mazzarollo) era professor no Colégio Agrícola e foi mandado embora, na mesma hora. O Juvêncio foi contratado para trabalhar no Hoje Foz. Trabalhou com nós cerca de um ano. Na época eu optei pela resistência à ditadura e houve um rompimento da sociedade no Jornal Hoje Foz. Eu vendi minha parte, e eu, o Juvêncio e mais o Aluízio, que chegou em Foz poucos dias antes, vindo do exílio, abrimos o Nosso Tempo.(SOUZA, 2008, entrevista/documentário).

Já em sua primeira edição, que circulou em 03/12/1980 (anexo 03), o Jornal estampava um desenho, ocupando toda a capa de um homem sendo torturado em um “pau-de-arara” e denunciava uma das mazelas do regime militar, trazendo a manchete “Tortura!”, deixando clara sua tendência política de esquerda e “assustando as autoridades”, como afirmou Juvêncio Mazzarollo, em entrevista para o documentário. Aluízio Palmar lembra que a primeira edição “esgotou”:

As pessoas viram que alguma coisa nova estava acontecendo, que era um jornal que questionava radicalmente. Nossa proposta era de uma oposição liberal quando a gente discutiu no início, mas acabou sendo uma oposição mais avançada, a gente já questionava o próprio regime, não só as liberdades democráticas. (PALMAR, 2008, entrevista/documentário)

O Jornal circulou com o formato tablóide, seguindo a tendência da maioria dos jornais populares/alternativos, o que rendeu o nome de “imprensa nanica” (KUCINSKI, 2003, p.13) e chegou a ter uma tiragem de 6.000 exemplares em seus dois primeiros anos de circulação, quantidade que caiu para 1.500 no último ano de circulação, de acordo com o ex-proprietário João Almeida.

Tendo uma impressão em *off set*, com a capa em duas cores e impressão interna em preto e branco, o Jornal Nosso Tempo tratou de lutas populares (eleições diretas para presidente e prefeito, anistia, constituinte); reivindicações da população (congelamento das passagens de coletivos, água, esgoto, calçamento) e denúncias (prostituição, exploração sexual de crianças, trabalho infantil, situação dos índios e dos agricultores da região). Juvêncio Mazzarollo afirma ainda que o jornal tinha “uma visão global”, não se detendo apenas às questões locais, mas também ao contexto nacional e internacional da época.

O projeto gráfico avançado e inovador foi outra marca do jornal. Suas capas eram diferenciadas pelas linhas e tendências arrojadas (anexo 04). Durante sua existência, vários jornalistas assinaram a edição do jornal de forma voluntária para satisfazer a legislação, entre eles Fábio Campana, Télia Negrão, Elson Faxina, Noemi Osna e Vilma Macedo.

No livro *Vozes da Democracia – História da comunicação na redemocratização do Brasil* (2006, p.33) o editor Elson Faxina é citado pra explicar esta situação:

De acordo com Faxina, o jornal enfrentou, em outro momento, “até perseguição do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, uma vez que seus proprietários-editores não eram jornalistas profissionais”. Para que o jornal pudesse seguir seu trabalho, Faxina e mais dois jornalistas – Fábio Campana e Noemi Osna – decidiram assinar o jornal como editores por diversos anos gratuitamente. (VOZES DA DEMOCRACIA, 2006, p. 33)

A irreverência política fez parte do projeto editorial. E em uma seção, na última página, intitulada foto-memória, o jornal estampou a foto do revolucionário argentino Che Guevara, o que lhe rendeu críticas e até mesmo afastamento de alguns anunciantes. A edição seguinte o jornal, na mesma seção, trouxe uma foto do ditador alemão Adolf Hitler, com a legenda “aos que não gostaram da publicação da foto de Che Guevara” (anexo 05).

Com forte apelo popular, o jornal também trazia em suas páginas fatos e notícias popularescas, como mulheres seminuas e crimes, porém, sua marca maior foi mesmo a linha política de oposição ao regime, adotada desde o primeiro número e reproduzida em suas reportagens de capa e em suas seções, como no Editorial, “Psiu”, “Heitor” e “Foto Imagem”.

A linha política assumida pelo jornal levou os três diretores a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), sendo que somente o jornalista Juvêncio Mazzarollo foi condenado a um ano de prisão, tendo a pena aumentada para quatro anos, tornando-se “o último preso político do Brasil” (Vozes da Democracia, 2006, p. 33) e desencadeando uma campanha nacional pela sua libertação, fato que só ocorreu após uma greve de fome feita pelo jornalista, quando escreveu o artigo “Liberdade ou Morte!”, publicado na edição nº 113, de 7 a 13 de abril de 1984 (anexo 06), da própria cadeia.

O jornal usou a própria censura e a perseguição política a seu favor, lançando uma campanha de divulgação do jornal cujo slogan era: “Leia, assine e divulgue o jornal mais perseguido do Paraná” (anexo 07).

Verifica-se claramente que o Nosso Tempo passou por algumas fases, adaptando-se às mudanças políticas, sociais e econômicas da cidade, do Paraná e do País. O primeiro editor a deixar o Jornal foi Adelino de Souza. Ele explicou que houve um rompimento da parte dele com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, logo depois da primeira eleição de Dobrandino Gustavo da Silva para prefeito, em 1985. “O Nosso Tempo apoiou muito o Dobrandino e eu decidi sair do PMDB e também do jornal”, justifica Souza.

Aluízio Palmar deixou de ser diretor do jornal em 1993, para assumir a Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura, quando Dobrandino Gustavo da Silva é eleito pela segunda vez prefeito de Foz do Iguaçu:

Eu nunca fui do PMDB, mas eu tinha um grupo chamado Movimento Socialista Trabalhista, um agrupamento político que nós decidimos apoiar, como dissidentes do PDT, o Dobrandino, então eu fui para prefeitura, fui para prefeitura e me desliguei do jornal, achei que não devia ficar no jornal e ser Secretário de Comunicação. (PALMAR, 2008, entrevista/documentário)

Também em 1993, Juvêncio Mazzarollo deixa o jornal e o Nosso Tempo, e passa a ser dirigido por Adão Almeida, que sempre foi próximo ao grupo de editores e sócios do jornal.

Sob a direção de João Almeida, no último ano de sua existência, em 1994, o jornal passou a ser diário, no entanto não sobreviveu, já que sua marca principal, a oposição ao regime, aos poucos, foi perdendo força e sua linha independente não cativou os antigos leitores, como afirma João Almeida:

Não era possível manter o jornal como semanário, aí foi uma idéia mais comercial, só que a gente queria continuar mantendo aquela linha do jornal. Nós tínhamos uma linha bem definida desde o início e eu disse: isso nós não vamos mudar. Mas para sobreviver como um jornal diário, com as posições que nós tínhamos, era muito difícil, nós sabíamos disso, mas tentamos. Mesmo assim nós acabamos fracassando e eu acho que o Jornal Nosso Tempo teve o seu papel, tinha data para começar e data para acabar, para fechar. (ALMEIDA, 2008, entrevista/documentário)

Nota-se que em sua trajetória de 14 anos (1980 – 1994), o Jornal Nosso Tempo adaptou-se ao cenário político e social de sua época. Encabeçando lutas populares de cunho local e nacional, o jornal, como afirma Juvêncio Mazzarollo, “foi um instrumento de luta” que contribuiu de forma decisiva na luta pela redemocratização do país, incluindo-se a cidade de Foz do Iguaçu, que até 1984 não elegia prefeito através de eleições diretas.

O jornal também foi porta-voz na luta pela redemocratização do Paraguai, país vizinho na tríplice fronteira, que viveu situação política semelhante ao Brasil, com o ditador Alfredo Stroessner.

No cenário local, o jornal encampou reivindicações da população pela melhoria de vida, principalmente nos bairros mais pobres e afastados, lutas dos agricultores sem terra, dos índios avá-guaranis e dos operários da Usina Itaipu Binacional.

Sua linha editorial de jornal popular/alternativo foi a marca de sua existência e o periódico, como afirma Adão Almeida em entrevista para o documentário “cumpriu o seu papel como veículo de comunicação”.

7. MEMORIAL DESCRITIVO DO PRODUTO MIDIÁTICO

Título do Produto

Jornal Nosso Tempo: Um marco da resistência democrática em Foz do Iguaçu.

Mídia:

Vídeodocumentário

Objetivo:

- Geral

Exibir através de um videodocumentário que o Jornal Nosso Tempo foi um veículo de tendência popular/alternativa, e como característica principal, em sua primeira fase, participou e atuou de maneira incisiva em movimentos sociais e reivindicatórios em Foz do Iguaçu.

- Específico

Oferecer a população em geral, especialmente aos acadêmicos de comunicação da UDC (Faculdade Dinâmica das Cataratas) um novo produto (como material didático) que revele parte da história política da imprensa na região e contribuir para a memória de Foz do Iguaçu.

Justificativa

Nos anos que compreende 1964 a 1985, o Brasil viveu uma ditadura militar calçada principalmente na censura e na limitação dos direitos individuais e coletivos. Durante este período, homens e mulheres, intelectuais, artistas, jornalistas, estudantes,

sindicalistas e opositores ao regime foram obrigados a deixar o país e se exilar. Os que ficaram no Brasil foram perseguidos, presos e torturados por agentes militares do Exército, Marinha e Aeronáutica. Os presos passaram por interrogatórios sob torturas física, psíquica e moral, sendo que muitos perderam a vida em decorrência dos maus tratos. Em 1980, com a abertura gradual do cenário político e o retorno dessas pessoas ao país, a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, convocação de uma Assembléia Constituinte e eleições diretas para presidente ganharam as ruas de todo o país. Foz do Iguaçu, por se localizar em área de segurança nacional, não elegeu o prefeito municipal, na época também indicado pelo Regime Militar. Nesse cenário, em dezembro de 1980 surgiu o Jornal popular/alternativo Nosso Tempo, colocando-se totalmente contrário ao regime e disposto a organizar a população em torno de lutas reivindicatórias e democráticas. Jornalistas com uma extensa história de luta se uniram e formaram o corpo editorial do jornal.

Desta forma, optou-se em documentar em vídeo uma época de efervescência política na cidade, exibindo determinado período da história nacional e servindo como fonte de pesquisa para estudantes de jornalismo e profissionais da área, resgatando momentos históricos que ficarão a disposição da comunidade. Resulta-se ainda o ineditismo da pesquisa e do documento que irá compor o acervo de memória do município.

Fundamentação Teórica

O presente trabalho analisa a proposta de jornalismo popular/alternativo do Jornal Nosso Tempo e a sua influência nos movimentos sociais e reivindicatórios em Foz do Iguaçu, na fase final da ditadura militar. Como produto midiático produziu-se um videodocumentário sobre a trajetória do jornal, com depoimentos dos primeiros sócio-diretores e do último diretor do jornal situando o período local, estadual e nacional em que o jornal circulou, com foco principal nos primeiros cinco anos de circulação - desde sua criação, em 1980, até o término da ditadura militar e a volta das eleições diretas para prefeito de Foz do Iguaçu, em 1985.

Para desenvolvimento teórico discorremos sobre as áreas de comunicação, jornalismo, documentarismo, jornalismo informativo e opinativo, popular e alternativo, além da situação histórica e contextualização do jornal dentro do período que envolve os cinco últimos anos de ditadura militar no Brasil.

No primeiro capítulo apresenta-se a Introdução com breve abordagem sobre todos os temas e características tratadas nos capítulos subseqüentes.

O segundo capítulo destaca a comunicação e o jornalismo como um ato social, a definição de comunicação, sua importância, variáveis, profissões ligadas à área com foco principal no jornalismo assim como uma concisa história da imprensa no Brasil. Para o desenvolvimento deste capítulo utilizou-se os autores Ferreira (1986), Gomes (2007), Santos (1998), Goldschmidt (2003), Lopes (2001), Cheida (2001), Seabra (2006), Ribeiro (1998) e Martins (2008), além da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU (1998).

O terceiro capítulo tratou dos gêneros jornalísticos: informativo, opinativo, popular e alternativo, para situar o Jornal Nosso tempo dentro destas definições. Estes assuntos foram fundamentados em Kunczik (1997), Lage (2003), Tresca (2007), Pereira (2006), Melo (2003), Campos (2002), Kobayashi (2003), Franco (2001), Stoco (2001), Peruzzo (2004), Dornelles (2007) Festa (ano), Abramo (1988), Kucinski (1991), Seabra (2006), Barreto (2004) e Manual de Redação Folha de São Paulo (2001).

Com base nos autores Bilharinho (1996), Nepomuceno (1997), Penafria (2004), Franco (1997) e Bentes (2008), o quarto capítulo resgatou a história do cinema, da vertente do documentarismo e sua utilização dentro do jornalismo, embasando teoricamente o produto midiático final deste trabalho.

No quinto capítulo foram analisados os contextos históricos no Brasil e em Foz do Iguaçu na época em que o Jornal Nosso Tempo circulou (1980-1994), dando ênfase nos cinco primeiros anos de sua existência. A ditadura militar, a redemocratização do país e a situação política de Foz do Iguaçu - considerada Área de Segurança Nacional – foram alguns dos assuntos abordados com base nos autores Cancian (2008), Fausto (2006), Skidmore (1998), Branco (2002), Neto (2008), Freitas (2008), Lima (2001), além de matérias do Jornal O Estado de São Paulo (2008), Revista Veja (1984) e Jornal

Nosso Tempo (1981, 1984 e 1985). , assim como depoimentos de Aluizio Palmar, Juvêncio Mazzarollo, João Adelino de Souza e Adão Almeida.

O sexto capítulo abordou sobre o Jornal Nosso Tempo, suas características como veículo de comunicação popular/alternativo, propostas, tendências e posições, assim como a história e as etapas do veículo durante os 14 anos que circulou em Foz do Iguaçu e como o jornal influenciou o período histórico de sua existência. As referências utilizadas foram Kucinski (2003), edições do Jornal Nosso Tempo (1981, 1984, 1985) e depoimentos de Aluizio Palmar, Juvêncio Mazzarollo, João Adelino de Souza e Adão Almeida.

Desenvolvimento do Produto Midiático

Para o desenvolvimento do produto midiático do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), optou-se pela produção de um videodocumentário de 35 minutos com depoimentos dos três sócios fundadores e diretores do jornal, Aluizio Palmar, Juvêncio Mazzarollo, Adelino de Souza e do último proprietário, diretor Adão Almeida. O trabalho adotou o procedimento de estudo e análise histórica do jornalismo popular e alternativo no Brasil, durante o regime militar. As entrevistas realizadas, segundo Jorge Duarte (2006, p. 65) utilizaram o método de entrevistas em profundidade e análise documental dos entrevistados e do Jornal Nosso Tempo. O método de pesquisa utilizado foi a qualitativa, através de questões estruturadas, seguindo a linha de entrevistas semi-abertas, modelo roteiro, abordagem em profundidade, com respostas indeterminadas.

O roteiro das entrevistas constituiu-se de dez perguntas básicas:

1. Como e por qual motivo o entrevistado chegou a Foz do Iguaçu?
2. Qual a intenção em produzir o Jornal Nosso Tempo?
3. Qual era o cenário político-social na época em que o Jornal circulou?
4. Em quais movimentos populares o jornal participou?
5. Quais as principais reivindicações populares da época de circulação do Jornal Nosso Tempo?
6. Qual era a linha ideológica do Jornal?
7. Essa linha se manteve durante toda a trajetória do Jornal?

8. Que motivos o levaram a deixar o Jornal Nosso Tempo?
9. O que o jornal representou para a cidade, dentro do cenário político-socio-cultural na época de sua circulação?
10. O Jornal Nosso Tempo cumpriu o papel que se propôs?

As entrevistas geraram três horas e meia de depoimentos, das quais deram origem a um roteiro dividido em segmentos separados por assuntos: início, primeira capa, bandeiras, manifestações, pressões, prisão, greve de fome e sobreviventes. As imagens utilizadas no documentário são de arquivos pessoais, arquivos públicos, capas e reportagens do próprio Jornal Nosso Tempo, além de documentários sobre ditadura militar no Brasil.

Iniciamos as gravações em abril de 2008, acompanhados do cinegrafista Maurício Freire. O primeiro entrevistado foi o jornalista Aluízio Palmar. Na seqüência vieram Juvêncio Mazzarollo, Adão Almeida e João Adelino de Souza. Conforme as necessidades de cada entrevistado, as gravações foram agendadas sempre para os sábados, de acordo com a disposição de cada um. Finalizamos as filmagens em três meses. Os equipamentos utilizados para a produção, como câmera, tripé, iluminação e microfone foram emprestados por amigos, sendo eles o publicitário Washington Barbosa e a apresentadora e colunista Magda Carvalho.

A partir de julho iniciou-se as decupagens das fitas. Cerca de três horas e meia de material bruto foi inteiramente descrito em mais de 30 laudas. O passo seguinte foi a seleção das entrevistas. Como o material é riquíssimo em conteúdo e histórias, entendemos que uma das etapas mais difíceis estava justamente nesta, já que deveríamos editar boa parte do conteúdo, eliminando muitas falas das quais achávamos importantíssimas e essenciais. Realizamos a seleção e criamos um pré-script. Com entrevistas feitas e material levantado (jornais, fotos, documentos e vídeos) iniciou-se a edição na primeira semana de agosto. Em uma ilha de edição montada na casa do amigo Jackson Marcelo Felipe Rita (nosso editor), foi realizada a edição do documentário, sempre as terças e quintas, durante aproximadamente duas horas em cada sessão. Além das entrevistas, outras imagens foram incluídas no videodocumentário, entre elas, fotos de arquivo pessoal dos jornalistas Aluízio Palmar e

Juvêncio Mazzarollo, imagens de capas e reportagens do Jornal Nosso Tempo, cenas de documentários sobre a ditadura militar e imagens da construção da Usina de Itaipu.

Utilizou-se algumas imagens como off-narradas pela voz do entrevistado e foram inseridas músicas de época como trilha sonora, tais como: 'Vai Passar', de Chico Buarque, "É proibido proibir" de Caetano Veloso e "Pra dizer que não falei das flores" de Geraldo Vandré.

A fase final foi gravada em DVD para que assistíssemos e pontuássemos os erros. Em seguida, o editor padronizou o áudio e a imagem.

Viabilidade Econômica

É importante dizer que antes de iniciarmos o projeto, entramos em contato com algumas produtoras de vídeo e realizamos um pré-orçamento. Todas nos passaram preços fora da realidade para dois estudantes. Em nenhum momento menosprezamos o trabalho das empresas. Pelo contrário; sempre acreditamos na competência e no talento dos profissionais, mas infelizmente, não poderíamos custear um documentário editado em produtora especializada. Desta forma, optamos em trabalhar com nossos colegas de faculdade e não menos profissionais. Apesar da pouca estrutura e verba, conseguimos produzir um trabalho de qualidade e que com certeza, pode se comparar aos melhores projetos acadêmicos. O custo total ficou em R\$ 540,00, sendo R\$ 120,00 referente as gravações externas, R\$ 350,00 para edição e R\$ 70,00 de custos na compra de fitas e dvds para as gravações, impressões de capas e dvds para o documentário.

Ressaltamos ainda, que a partir do momento em que optamos por tornar a peça um vídeodocumentário, analisamos todas as formas de obter um produto que pudesse chamar a atenção dos acadêmicos de Foz do Iguaçu, bem como profissionais da imprensa e a população em geral. Nunca pensamos em um projeto rentável, que nos permitisse obter algum tipo de lucro com a conclusão do trabalho. Nossa principal e única intenção é contribuir com o resgate da história da imprensa de Foz do Iguaçu e oferecer um importante material para acadêmicos, jornalistas e a população iguaçuense.

Viabilidade Social

O projeto foi elaborado para contribuir de maneira didática e informativa com a população iguaçuense e demais interessados pelo tema. O público alvo são acadêmicos de comunicação social, jornalistas, profissionais ligados a área e a própria comunidade, que terá à disposição uma cópia do documentário na Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu.

A intenção é mostrar, através deste trabalho, como um jornal popular e alternativo colaborou para a redemocratização da cidade e do país.

Como material inédito, pretende-se chamar a atenção para que demais estudantes e profissionais despertem o interesse em desenvolver trabalhos sobre a imprensa iguaçuense, que, infelizmente, acaba sendo esquecida em meio a arquivos privados. Deseja-se também que o vídeo possa ser exibido em sala de aula como complemento educacional e histórico.

Roteiro

DOCUMENTÁRIO JORNAL NOSSO TEMPO: UM MARCO DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA EM FOZ DO IGUAÇU

Cena 1. Trilha/ Música “Alegria, Alegria” de Caetano Veloso com fotos históricas do Brasil nos anos de Ditadura Militar do arquivo da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Cena 2. Juvêncio Mazzarollo: “O Jornal Nosso Tempo foi um jornal que tomou posições. Tomou posições políticas”.

Cena 3. Aluízio Palmar: “Era um jornal que questionava radicalmente”.

Cena 4. João Adelino de Souza: “Os problemas eram abordados de frente, diretos”.

Cena 5. Aluízio Palmar: “A gente já questionava o próprio regime”.

Cena 6. Adão Almeida: “Nós resolvemos enfrentar mesmo a ditadura, toda aquela repressão de pé”.

Cena 7. João Adelino de Souza: “As pressões foram enormes, foram muito grandes”.

Cena 8. Juvêncio Mazzarollo: “O Jornal Nosso Tempo mais do que um jornal, era um instrumento de luta”.

Cena 9. Adão Almeida: “Eu considero que o jornal cumpriu com seu papel de veículo de comunicação”.

Cena 10. Entra na tela o nome do documentário: “JORNAL NOSSO TEMPO: Um Marco da Resistência Democrática em Foz do Iguaçu” ao som de máquina de escrever e fundo com imagens das capas do jornal.

Cena 11. Fundo preto em caracteres: “No dia 03 de dezembro de 1980 circulou em Foz do Iguaçu a primeira edição do Jornal Nosso Tempo”.

Cena 12. Aluizio Palmar:

“Eu sempre digo que o Nosso Tempo não existiria se não tivesse existido o Hoje Foz. O Hoje era um jornal com uma influência muito forte da imprensa alternativa. Era um jornal comercial, normal, mas era um jornal audaz para a época. Eu já recebia o Hoje no exílio, quando eu estava exilado, sempre chegava pra mim um ou outro exemplar e eu via que o país estava mudando que havia já uma imprensa que questionava uma série de coisas. Chegando no Hoje, nós constituímos um grupo: Eu, o Juvêncio e o Adelino, e o jornal foi tomando umas posições já de ter uma linha editorial bem voltava para a redemocratização, contra a lei de segurança nacional, cerceamento de liberdade de reunião, de liberdade de expressão, estas coisas todas”.

Cena 13. João Adelino de Souza

“Eu lembro que numa ocasião, e talvez aí é que tenha iniciado o Nosso Tempo, eu entrevistei o Juvêncio Mazzarollo pro jornal Hoje Foz. E na entrevista, ele como presidente da APP – Associação dos Professores do Paraná em Foz -, ele declarou que o governador era subversivo, o governador era o Jaime Canet Júnior, eu lembro até da manchete, ‘Professor declara: subversivo é o governador!’”.

Cena 14. Juvêncio Mazzarollo

“E em função da entrevista que dei aquele jornal, criticando o Governo do Estado, eu fui demitido, e inapelavelmente sem direito a nada, inclusive. E aí é que eu fui convidado por esse jornal que tinha feito a entrevista comigo, para trabalhar com eles. Aí eu deixei de ser professor e virei jornalista nessa circunstância aí. Aí nesse tempo, em 1978, 1979, quando surgiu o Jornal Hoje Foz aqui, o Aluizio voltou do exílio e eu trabalhava já no jornal, o Adelino era um dos sócios do jornal. E em 1979, exatamente, esse jornal Hoje Foz foi vendido. Era um jornal meio maluco, mas tinha uma posição um tanto de esquerda. E esse jornal foi vendido a um grupo ligado ao governador Ney Braga, digamos assim, de direita”.

Cena 15. Aluizio Palmar

“Saímos do jornal e decidimos então resolver a nossa questão de emprego por um jornal, aí nós começamos a discutir o jornal”.

Cena 16. Juvêncio Mazzarollo

“E saímos já com a idéia de criar um outro jornal, um jornal alternativo na cidade”. E aí foi mais de um ano de tentativas, e em dezembro de 1980 soltamos a primeira edição do Jornal Nosso Tempo.

Cena 17. Aluizio Palmar

“Um nome diferente, que não fosse fronteira disso, gazeta daquilo, jornal disso. Que ele representasse, que o nome expressasse a nossa ideologia, nossa vontade política de redemocratização”.

Cena 18. Subtítulo – Primeira capa (fundo preto em caracteres brancos)

Trilha: Roda Viva – Chico Buarque

Cena 19. Aluizio Palmar (Áudio coberto pela imagem da primeira capa do jornal e imagens do Documentário Tempos de Resistência)

“A primeira edição já mostrou pra que ele vinha. O jornal combate radical à tortura, um homem pendurado num pau-de-arara e com o impacto da primeira edição, alguns sócios já caíram fora, porque receberam uma pressão. A edição esgotou. As pessoas viram que alguma coisa nova tava acontecendo, que era um jornal que questionava radicalmente, por que nós avançamos. Nossa proposta era de oposição liberal quando a gente discutiu no início, mas acabou não sendo de oposição liberal, foi uma oposição mais avançada, a gente questionava o próprio regime, não só as liberdades democráticas. A gente questionava a questão do regime social que o país vivia, já propondo um novo tipo de sociedade”.

Cena 20. João Adelino de Souza (Áudio coberto com imagens do Documentário da Universidade do Chile)

“Eu lembro inclusive, que nós combatíamos a tortura, que era comum na polícia. A pessoa entrava lá e já ia apanhando, era difícil a pessoa acusada de qualquer coisa, mesmo que não devesse nada, entrava na polícia civil e já ia apanhando, ia pro pau-de-arara, ia pro afogamento, e nós combatíamos com muita veemência. A capa do primeiro Jornal Nosso Tempo foi um desenho de como funcionava o pau-de-arara. E em função disso, nós enfrentamos vários tipos de pressões, inclusive na sede do jornal, que era ali na Edmundo de Barros, na baichadinha, às vezes passavam e davam tiros pra dentro do jornal. Era freqüente isso”

Cena 21. Adão Almeida

“É, a questão da tortura ainda estava muito recente. Estávamos lambendo as feridas, digamos assim, e essa abordagem, que era uma coisa assim, um tabu, ninguém queria falar disso, de tortura, de crime. Então isso realmente chocou a cidade. Nós que já convivíamos com isso há algum tempo, pra nós, parecia uma coisa normal, mas eu me

lembro que realmente chocou a cidade. As pessoas ficaram espantadas com essa abordagem, daquele tabu”.

Cena 22. Subtítulo – Bandeiras (fundo preto em caracteres brancos)

Trilha: Vai Passar – Chico Buarque

Cena 23. Juvêncio Mazzarollo

“Nós tínhamos realmente uma visão global, uma visão internacionalista. Nossa posição política, filosófica e ideológica era de esquerda, e nós não olhávamos com essa ótica só para o Brasil, mas para todos os nossos países latino-americanos, especialmente os que estavam dominados por ditaduras como para o contexto global também. Era uma posição ideológica, filosófica, sociológica, política, ampla. Nosso mundinho não era Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu era onde as coisas estavam mais materializadas, mais presente, estava na nossa cara. Mas, nós tínhamos uma visão, vamos dizer assim, global”.

Cena 24. Adão Almeida (Áudio coberto com imagens das reportagens do Jornal Nosso Tempo e Documentário Tempos de Resistência)

“Estávamos saindo da ditadura no Brasil e nós queríamos também derrotar outras ditaduras, dos países vizinhos, tão próximos que a gente convivia, ali da Argentina e do Paraguai. Então, o jornal tinha essa linha e combatia a ditadura paraguaia e argentina, e esse era o propósito do jornal. A linha era esta. Eu me lembro das campanhas mais fortes, que foi das Eleições Diretas. Além da gente fazer jornal, a gente fazia comício nas ruas por Diretas Já. Todos nós do jornal. Semanalmente nós estávamos nos bairros, e o jornal então passou a ser uma referência aqui, dessa luta pelas Diretas Já. Nós nos envolvemos pela campanha da Anistia, porque a anistia ainda era uma coisa, não se sabia onde ia chegar. E posteriormente nós já começamos a campanha pela constituinte. Porque nós entendíamos que o papel do constituinte era o papel de fazer uma constituição e voltar para a casa e não legislar em causa própria, como aconteceu no final. Então, nós nos envolvemos muito nessa campanha, pela constituinte exclusiva”.

Cena 25. João Adelino de Souza

“Pela linha que o jornal adotou, de independência e mesmo de combate à ditadura militar que já expirava, as pressões foram enormes, foram muito grandes”.

Cena 26. Aluízio Palmar

“O jornal questionava a Lei de Segurança Nacional, defendia uma constituição soberana, como foi a constituição cidadã de 88, o jornal defendia essas bandeiras e esse foi o programa que nós levamos para os sócios e eles aceitaram essa proposta. Então, haviam pessoas de esquerda, pessoas liberais e haviam até pessoas de maior comprometimento com o regime da época, dentro dessa constituição social”.

Cena 27. Subtítulo – Pressões (fundo preto em caracteres brancos)

Trilha: Pra dizer que não falei das flores – Geraldo Vandré

Cena 28. João Adelino de Souza

“Nós, os três vendíamos anúncios, escrevíamos, fazíamos as reportagens, revisávamos, só a diagramação que nós não fazíamos e vendíamos anúncios também. E as vezes, vendíamos um anúncio, saia no jornal uma vez e o empresário já telefonava para tirar o anúncio, porque o pessoal ia lá pressionar este empresário. Mas havia empresários que tinham brio e agüentavam firmes ali, outros diziam: “Olha, eu não vou poder mais anunciar com vocês, mas vocês podem vir pegar o dinheiro todo final do mês, porque eu admiro o jornal e tem que haver esse combate mesmo”.

Cena 29. Adão Almeida

“Então, de repente os anunciantes começaram: Olha, eu me simpatizo muito com o jornal, eu gosto da linha do jornal, mas eu não quero mais minha empresa no teu jornal. E cancelava os contratos. Aí foi assim, um boicote, ninguém mais queria anunciar no Nosso Tempo”.

Cena 30. Aluízio Palmar

“Mas o jornal economicamente sobrevivia da venda. A venda é que era o forte dele toda a semana. Com a venda nós pagávamos à impressão, nós não tínhamos financiadores, alguém que pagasse a impressão”.

Cena 31. Aluízio Palmar (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Um dia o jornal estampou uma foto do Che Guevara, foi em 80, no fotomemória, um pôster na última página, aí o anunciante ligou dizendo que era para tirar o anúncio por que não admitia anunciar num jornal que tivesse a foto de um sujeito como o Che Guevara, um terrorista, perigoso, comunista, não sei o que mais. Aí na edição seguinte, nós publicamos uma foto de Adolf Hitler, pra satisfazer o nosso anunciante que estava indo embora. Então era um jornal hilariante que estava pouco ligando para se atrelar aos anúncios”.

Cena 32. João Adelino de Souza

“Eu lembro que uma vez que eu e o Aluízio fomos fazer uma reportagem lá nos fundos do Hotel Bourbon. Era um vazamento de esgoto que tinha lá e que desaguava num riacho. Daí fizemos a matéria, publicamos, e passados alguns anos, uns 10, 12 anos mais tarde, eu conversando com um tenente do exército e ele me relatou: Olha, você lembra uma vez que vocês foram fazer uma matéria assim, assim. Pois bem. Disse ele, eu era do Serviço Reservado do Exército, eu e mais um policial federal seguíamos vocês e naquela época seguimos vocês até aquele matagal lá no córrego, porque disseram para nós que o Aluízio estava escondendo bombas e granadas lá. Então nós seguimos vocês. Você lembra que tinha um trator lá? Eu estava em cima do trator e o outro que estava capinando era um agente da federal seguindo vocês. Então veja, nós nem sonhávamos com isso, a perseguição foi forte mesmo”.

Cena 33. Aluízio Palmar

“O jornal foi proibido de circular dentro da Itaipu, que o coronel não deixou. O Caruzo uma vez tentou levar o jornal pro Xororó e foi proibido de vender o jornal pro Xororó porque era uma área de Itaipu, mas mesmo assim, o jornal ia, o pessoal comprava nas

bancas e levava. Mas existem determinações e hoje existem documentos da AESI – Assessoria Extraordinária de Segurança e Informações de Itaipu, documentos que eu descobri no arquivo da Polícia Federal, que são documentos que mostram o acompanhamento feito pelo Serviço de Inteligência de Itaipu em cima do jornal e a proibição de circulação dentro do canteiro”.

Cena 34. Subtítulo – Lutas Populares (fundo preto em caracteres brancos)

Trilha: Pra dizer que não falei das Flores – Geraldo Vandré

Cena 35. João Adelino de Souza

“Os problemas eram abordados de frente, diretos, e isso foi ganhando o apoio da população, inclusive as matérias populares é que ajuda o jornal a penetrar nos bairros”.

Cena 36. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens – Arquivo Itaipu Binacional)

“E encontramos também outro aspecto que era muito grave, que era a construção de Itaipu, o que ela significava em termos sociais, econômicos e ambientais. Principalmente sociais. Pegamos justamente a fase crítica do processo das desapropriações da Itaipu, e da luta dos desapropriados para saírem dali com uma compensação mais ou menos satisfatória”.

Cena 37. Adão Almeida (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo e arquivo pessoal de Aluizio Palmar)

“Nós tínhamos por volta de 30 mil trabalhadores na Itaipu, e dobrou a população da cidade nessa época. E nós tínhamos várias preocupações; uma delas era com os operários, porque a empresa Itaipu Binacional tinha pro lado de lá um ditador terrível, que era o Stroessner, bastante violento. E nós tínhamos a questão da população ribeirinha, que estava sendo indenizados, saindo das suas propriedades e tudo mais... / aquela preocupação toda, e alguns se tornaram sem terra. Nós tínhamos a preocupação e o jornal já falava disso, da favelização da cidade, a medida que as pessoas vinham sendo despedidas da obra... eles iam invadindo áreas verdes de Foz do Iguaçu, por isso que hoje Foz é uma cidade sem praças”.

Cena 38. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Então nós assumimos também esse lado, a questão dos desapropriados, a questão do sem-terra na região, combate à ditadura brasileira, à corrupção, à violência policial, ao prefeito nomeado, interventor de Foz do Iguaçu, à ditadura do Paraguai. Então esse era, digamos, o nosso temário predileto”.

Cena 39. Aluízio Palmar (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Antes da eleição de 85, o jornal puxava algumas lutas locais de programas mínimos de interesses locais. O que chamo de programas mínimos são aqueles programas de interesse de grupos, de reivindicações mais atrasadas, mas são reivindicações necessárias para o grupamento urbano, e quem puxava essas lutas era o jornal”.

Cena 40. Adão Almeida

“Nós tínhamos um prefeito que era um coronel nomeado, que ele era inclusive militar, ele era o prefeito da cidade, e era também funcionário da Itaipu Binacional. E Foz do Iguaçu estava crescendo, uma cidade turística, e a gente vendo toda essa maravilha, que é a beleza de Foz do Iguaçu, e nós não tínhamos um prefeito escolhido pela sociedade. Nós tínhamos um prefeito que prestava contas com os generais lá em Brasília, então começaram essas manifestações”.

Cena 41. Subtítulo – Manifestações (fundo preto em caracteres brancos)

Trilha: Vai Passar – Chico Buarque

Cena 42. Aluízio Palmar (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Um belo dia a prefeitura aumentou a tarifa dos ônibus coletivos, e o que nós fizemos? Com um grupo, porque a gente tinha alguns grupos, grupos heterogêneos, mas que não eram partidos, mas eram basicamente puxados pelo jornal, nós passamos a desenvolver um trabalho de mobilização social contrário a esse aumento de passagem.

Até que um belo dia, nós fizemos uma grande passeata e todo esse povo veio a pé pro centro da cidade e fomos lá pra porta da prefeitura, fizemos uma manifestação e fecharam a porta da prefeitura pro povo não entrar e o povo arrombou a porta e entrou, o povo entrou no gabinete do prefeito, tomou o gabinete do prefeito, com panelas, caçarolas, frigideiras, coisas assim. E a máquina fotográfica do Adelino a polícia, a PM quebrou, o meu megafone também foi pro espaço, e foi uma luta desenvolvida pelo jornal Nosso Tempo”.

Cena 43. Adão Almeida

“Eu me lembro de uma passeata em frente a prefeitura. Houve uma invasão a prefeitura. Eu me lembro do Aluizio com o Megafone, quebraram o megafone dele e o prefeito se escondeu. Enfim, a população foi pra rua mesmo querendo definir essa situação”.

Cena 44. Juvêncio Mazzarollo

“O Jornal Nosso Tempo era, naquele tempo, o veículo de oposição paraguaia, tanto lá como cá, porque lá não podia ninguém escrever ou dizer nada contra o governo, contra a ditadura Stroessner. No Brasil, a imprensa desconhecia o Paraguai. E o Jornal Nosso Tempo então, era o porta-voz da oposição paraguaia”

Cena 45. Adão Almeida (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“A imprensa lá estava totalmente amordaçada. O Stroessner fechava os jornais no Paraguai. Então o nosso jornal divulgava aquilo que os paraguaios queriam ler: as verdades. E nós tínhamos, evidentemente, contatos bons no Paraguai, tínhamos boas fontes e colaboradores que passavam alguma coisa pra gente”.

Cena 46. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Os perseguidos de lá, os que se exilavam no Brasil, os que saiam das prisões sob torturas vinham aqui para Foz do Iguaçu e vinham ao Jornal Nosso Tempo denunciar o

que se passava no Paraguai, o que tinha sofrido, etc e tal. Temos matérias e entrevistas memoráveis no jornal Nosso Tempo sobre isso aí. Inclusive participamos, atuamos, em movimentos pela derrubada da ditadura paraguaia. Nós organizamos aqui em Foz do Iguaçu , em 86, 87, o que chamávamos de Jornadas de Solidariedade ao Povo Paraguaio. Reunimos aqui gente de diversos países, do Sul, vinha gente de SP. Fizemos verdadeiros congressos aqui que tiveram repercussão muito forte na luta pela derrubada da ditadura do Stroessner”.

Cena 47. Adão Almeida (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Como o jornal tinha boa circulação, e circulava bastante dentro do Paraguai, isso incomodou muito o próprio ditador Stroessner. Imagine, um jornalzinho tablóide de Foz do Iguaçu incomodava o ditador, porque a verdade é amarga, é dura, e lá no Paraguai só tinha a mentira, e tinha uma imprensa toda na mão do ditador”.

Cena 48. Subtítulo – Prisão (fundo preto em caracteres brancos)

Trilha: É Proibido Proibir – Caetano Veloso

Cena 49. João Adelino de Souza (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Os combates mais duros eram feitos pelo Juvêncio Mazzarollo nas colunas dele no jornal. O jornal evidente que acompanhava como um todo, mas não eram tão incisivos, tão fortes como o Juvêncio em suas colunas, e em função disso, inclusive ele foi preso, foi o último preso político do país, ficou se não me engano, 18 meses preso e eu lembro que eu e o Alúzio fomos julgados junto com ele. Nós ficamos 9 horas sentados no banco dos réus, sendo julgados por cinco pessoas, quatro eram militares fardados e no meio tinha um juiz togado, uma coisa estranha, hoje não se admite pensar nisso, mas naquela época era assim, era um milico quem julgava”.

Cena 50. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“É incrível essa situação toda aí, porque o corpo de jurados são todos oficiais do exército, então o tribunal era composto por uns fardados, umas figuras ameaçadoras. Bem, eu anotei tudo que eles diziam em acusação, defesa e tal. Fui registrando, anotava lá o que eles falavam, falaram mal de mim que Deus me livre. E quando voltei a Foz do Iguaçu, eu fiz uma matéria e o título era “Em liberdade vigiada”. Conteí como foi o julgamento e meio ridicularizei também né. Resultado: O promotor quis caçar minha liberdade condicional, mas os meus advogados lutaram e tal, foram lá. Fizeram baixar a poeira e o promotor desistiu de pedir minha prisão”.

Cena 51. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

Então o exército sempre mandou na cidade e principalmente durante o regime militar, quem em Foz do Iguaçu levantasse a crista, levantasse a voz, se manifestasse contra o regime, um vereador ou líder comunitário, era costume o comandante chamava lá, dava-lhe uma carraspana, e as pessoas ficaram por isso. iam para a casa, de cabeça baixa e não reagiam. E eu tive a petulância de reagir e denunciar a arbitrariedade, a ameaça que sofri. Então aí eles enquadraram a gente na Lei de Segurança Nacional.

Cena 52. João Adelino de Souza (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Então, depois de 9 horas de julgamento saiu o veredito: o Juvêncio foi condenado e eu e o Aluizio fomos absolvidos. Levaram o Juvêncio para a penitenciária de Piraquara e no dia seguinte eu e o Aluizio fomos visitá-lo. Chegando lá, o Juvêncio contou para nós que chegando lá a noite desceu no porão e disse que tinha três camas preparadas lá e daí o carcereiro perguntou “cadê os outros dois?”. Quer dizer, estava tudo preparado para os três serem presos”.

Cena 53. Juvêncio Mazzarollo

Eu achava aquilo ridículo, e falava: O que estamos fazendo aqui? Eu fui pra lá com uma mochila, pra ir num dia e voltar no outro. Eu achava tão estúpido me condenarem ou

ser condenado e ficar preso que fui para voltar no dia seguinte. (Espaço) Que nada, me condenaram.

Cena 54. Aluizio Palmar (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo e arquivo pessoal de Juvêncio Mazzarollo)

“Não havia tantas experiências alternativas aqui no Paraná. Eram poucas, eram uns dois, três jornais. O nosso, com a prisão do Juvêncio passou a ser muito conhecido, porque começa a ter caravanas de solidariedade, muita gente visitando o Juvêncio na prisão, veio o Teotônio Vilela e muita gente. E ele escrevia os artigos dele de dentro da cadeia, ele mandava, não sei como chegava, a gente dava um jeito. O Juvêncio escrevia a página dele, as colunas dele, uma página dentro da prisão, com um posicionamento mais radical que antes”

Cena 55. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo e arquivo pessoal de Juvêncio Mazzarollo)

“Aí quando eu tinha cumprido um ano, metade da pena, e teria direito a liberdade condicional, o STM julgou recurso da acusação e da defesa. A promotoria e a acusação pediram pena mais dura pra mim, e o STM julgou esse recurso, e ao invés de me dar liberdade condicional, me aplicou mais dois anos. Quer dizer, eu fiquei condenado há quatro anos. Aí eu fiz greve de fome”.

Cena 56. Subtítulo – Greve de Fome (fundo preto em caracteres brancos)

Trilha: Apesar de Você – Chico Buarque

Cena 57. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Então para protestar contra o aumento da minha pena e a negação da liberdade condicional, eu entrei em greve de fome”.

Cena 58. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens de reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Fiquei seis dias. O pessoal me convencia: Não! Vamos parar! Já está bom. Já agitamos bastante. O país inteiro está protestando, a anistia internacional protestava junto ao governo, entidades de direitos humanos do Brasil e do exterior se manifestavam. Então eu parei com seis dias de greve de fome. Mas aquilo realmente impactou bastante. Acirrou a luta contra a Lei de segurança nacional, contra o regime militar”.

Cena 59. Juvêncio Mazzarollo

“Aí em dezembro de 83, o presidente Figueiredo promoveu uma reforma nessa maldita lei de segurança nacional. Atenuou, tirou vários artigos, enfim, o objetivo dele, ele anunciou que queria terminar o ano de 83 sem nenhum preso político no Brasil. E eu disse; oba! Finalmente vou sair daqui”.

Cena 60. Juvêncio Mazzarollo

“Todos foram libertados e eu não fui. Aí chegaram as férias forenses e eu fiquei sobrando lá na cadeia”

Cena 61. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens do Manifesto/Reportagem)

“Aí foi final de fevereiro, uma noite eu tava lá, na minha sela, no meu quarto, e pensei: Vou fazer greve de fome e vou sair daqui vivo ou morto, e peguei a máquina de escrever e redigi um manifesto intitulado: “Liberdade ou Morte”. Ou me tiram daqui ou me levam para o cemitério”.

Cena 62. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens do arquivo pessoal de Juvêncio Mazzarollo e reportagens do Jornal Nosso Tempo)

“Porque estávamos em plena campanha pelas Diretas Já. Então misturou as coisas: campanha pelas Diretas e liberdade para Juvêncio – o último preso político do Brasil. Houve inclusive, nos dias que eu estava em greve de fome o Comício das Diretas em Curitiba”

Cena 63. Juvêncio Mazzarollo

“Aí um belo dia veio lá uma comissão, lá pelo sexto, sétimo dia, recebi uma visita. Vieram me visitar na cadeia e pedir que eu parasse com a greve de fome, que era questão de dias para eu ser libertado, porque o advogado estava indo pra Brasília. E eu disse para eles: Olha, eu não acredito em mais nada. Eu fui suficientemente claro no manifesto que lancei quando anunciei a greve de fome. É liberdade ou morte”.

Cena 64. Juvêncio Mazzarollo (Áudio coberto com imagens do arquivo pessoal de Juvêncio Mazzarollo)

“Aí o meu advogado foi a Brasília. Acho que foi a primeira vez na história do Brasil em que o Supremo Tribunal Federal foi forçado por um réu a se reunir fora da pauta, porque tava virando um rolo pro país a minha situação. E se eu morresse? Como é que iria ficar? Então o Supremo se reuniu fora da pauta e julgaram lá e me absolveram, pronto. Então eu fui posto em liberdade. Este foi o grande fato da minha vida, e do jornal. E eu acho que foi uma contribuição bastante importante.

Cena 65. Subtítulo – Sobreviventes (fundo preto em caracteres brancos)

Trilha: Vai Passar – Chico Buarque

Cena 66. Juvêncio Mazzarollo

“O Jornal Nosso Tempo foi um jornal que tomou posições. Tomou posições políticas. Eu não sei até que ponto isso é bom ou mau jornalismo. Mas eu digo; o Jornal Nosso Tempo mais do que um jornal, era um instrumento de luta, por democracia, direitos humanos, liberdades democráticas. Isso tudo que a gente defendeu, defende, ta querendo construir sempre, cada vez mais e melhor”.

Cena 67. Adão Almeida

“A nossa geração, a gente tinha que optar mesmo sabe, ou a gente ia pra debaixo da cama e enfrentava de joelho, ou enfrentava de pé. E nós resolvemos enfrentar mesmo a ditadura, toda aquela repressão de pé. E isso aí trouxe prejuízos para todos nós, na nossa formação, evidentemente. Nós tivemos que abandonar estudos e tudo mais, com

muita gente aconteceu isso. Muitos foram parar nas prisões, outros morreram, mas nós somos sobreviventes desse período”.

Cena 68. Juvêncio Mazzarollo

“Eu acho que todos os jornais servem, aderem, carregam consigo uma ideologia e uma linha política. A nossa era aquela de oposição, aquele status quo, uma linha nitidamente esquerdista pelo socialismo. Eu acreditava, acredito, continuo achando que esse é o caminho”.

Cena 69. Adão Almeida

“O Nosso Tempo Teve aquele seu período. Eu considero que o jornal cumpriu com seu papel de veículo de comunicação. E a partir daí, na nossa linha editorial, não tinha mais razão de continuar existindo. E a tentativa do jornal diário foi justamente tentar sobreviver como um jornal, mas com a linha editorial nossa já não era mais possível sobreviver. Então, acabamos fechando o jornal”.

Cena 70. Aluizio Palmar (Áudio coberto com imagens do Jornal Nosso Tempo)

“Aí o Almeida decidiu transformar o jornal de semanário em diário, e o Nosso Tempo passou a ser um jornal diário com formato de Le Mond, que seria um tablóide, um pouquinho maior, como é atualmente o Jornal do Brasil. O jornal sobreviveu como diário um ano, um ano e pouco, até que definitivamente se tornou inviável, economicamente inviável, devido a queda de leitores, e o Almeida vendeu o jornal”.

Cena 71. João Adelino de Souza

“Pra época valeu a pena, sem dúvida. Nós fizemos a nossa parte e abriu a cabeça de muita gente em Foz, porque o pessoal começou a ver o que era a ditadura, o que era a pressão, o que era a sacanagem, a perseguição”.

Cena 72. Adão Almeida

“E pra sobreviver como um jornal diário com as posições que nós tínhamos, era muito difícil, nós sabíamos disso. Mas, tentamos, e aí já não tinha mais aquele cerco

econômico contra o jornal, mas mesmo assim nós acabamos fracassando, e eu acho que o Jornal Nosso Tempo teve o seu papel, tinha data para começar e data para acabar, para fechar”.

Cena 73. Fundo Preto em caracteres: “O último registro encontrado do Jornal Nosso Tempo foi de 1994”. Trilha: Oração ao Tempo de Caetano Veloso.

Cena 74. Sobe créditos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período em que circulou em Foz do Iguaçu, o Jornal Nosso Tempo passou por diferentes fases, adaptando-se ao cenário político e social de sua época, na medida em que as etapas foram sendo vencidas, estando à frente de lutas populares de cunho local e nacional.

As lutas como a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, reforma agrária, eleições diretas para presidente e derrubada da Lei de Segurança Nacional travadas nacionalmente tiveram o apoio do jornal. No cenário local e regional, o jornal encampou lutas como eleições diretas para prefeito de Foz do Iguaçu e reivindicações da população dos bairros como congelamento das passagens dos ônibus coletivos, água, esgoto, calçamento e segurança. O Jornal denunciou problemas graves da sociedade como a prostituição, exploração sexual de crianças, trabalho infantil, situação dos índios e dos agricultores da região. No cenário internacional, atuou denunciando as ditaduras militares da América Latina, em especial a ditadura do Paraguai, país fronteiro com Foz do Iguaçu.

A linha de lutas e denúncias adotada pelo jornal resultou no enquadramento de seus diretores pela Lei de Segurança Nacional e a condenação de um deles - Juvêncio Mazzarollo - a quatro anos de prisão, tornando-se o último preso político do Brasil.

Concluimos, portanto, que o Jornal Nosso Tempo foi um veículo alternativo/popular, opinativo e que contribuiu de forma significativa na redemocratização do país e da cidade de Foz do Iguaçu, assim como com as lutas e reivindicações da população dos bairros e segmentos marginalizados da sociedade. “O jornal foi um instrumento de luta”, como afirmou Juvêncio Mazzarollo, sócio-diretor do Nosso Tempo e “cumpriu com seu papel de veículo de comunicação”, como concluiu Adão Almeida, o último diretor do jornal.

Durante as entrevistas realizadas para o videodocumentário notou-se que muito do material coletado não pode ser incluído no produto final, já que o projeto inicial previu um vídeo-documentário de, no máximo, 35 minutos. No entanto, devido a riqueza de informações obtidas, a intenção é desdobrar o projeto e dar continuidade a este trabalho de resgate histórico, reunindo todas as entrevistas na íntegra, textos e artigos

da época, documentos, capas do jornal e uma síntese da argumentação teórica em um livro reportagem, a ser lançado no ano de 2009.

Ao iniciarmos o Trabalho de Conclusão de Curso, em fevereiro de 2008 para a disciplina de Teorias e Métodos de Pesquisas em Comunicação, sabíamos que o tema a ser explorado era instigante. Estaríamos pesquisando uma época histórica fundamental para o país: a derrubada do Regime Militar que perdurou durante 21 anos.

Ao mesmo tempo, quando escrevemos o artigo “Comunicação Popular” para a disciplina de Comunicação Comunitária em março de 2008, e tivemos contato com o Jornal Nosso Tempo, observamos que o trabalho seria mais empolgante, pois a riqueza de informações que o tema oferecia ultrapassava as primeiras expectativas.

No decorrer da pesquisa, algumas dificuldades vieram à tona. Uma delas foi o fato de não encontrar exemplares do Jornal Nosso Tempo em sua fase diária, e mesmo que esta fase não seja o foco central de exploração do trabalho, a dificuldade demonstra a necessidade da criação de um Arquivo Público em Foz do Iguaçu, onde exemplares de jornais que fizeram a história da cidade possam ser preservados para a pesquisa e memória.

Na Biblioteca Pública da cidade, encontramos apenas recortes (registros) do Jornal Nosso Tempo em sua fase diária. Não encontramos nenhuma edição do jornal na íntegra durante o período final de circulação.

Desta maneira, fica proposto o desafio aos acadêmicos de comunicação social – especialmente futuros jornalistas – em desenvolver novas pesquisas neste campo, com outros veículos de comunicação que fizeram e fazem a história da Foz do Iguaçu.

Por fim, ao término deste TCC, ficamos com a certeza de termos desempenhado o papel social que cabe ao jornalista. Afinal, lutar pela democracia e por um mundo melhor, com menos injustiças sociais cabe a qualquer cidadão, mas documentar estas transformações cabe exclusivamente ao jornalista.

O nosso tempo é agora. Não foi ontem e não será amanhã. É no agora que realizamos. O Jornal Nosso Tempo realizou.

9. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Imprensa Alternativa: Alcances e Limites**, 1988. In: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=48> Acessado em 24/08/08.

ALMEIDA, Adão. Entrevista para o documentário **Jornal Nosso Tempo: um marco da resistência democrática em Foz do Iguaçu**, 2008.

BARRETO, Gustavo. **A importância da imprensa alternativa**. In: <http://www.consciencia.net/2004/mes/06/barreto-alternativa.html> Acessado em 01/09/08.

BENTES Ivana Bentes. **DEBATE: CINEMA DOCUMENTÁRIO E EDUCAÇÃO** Revista Salto Para o Futuro Ano XVIII boletim 11 - Junho de 2008 . In: http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2008/cinema/080623_cinema.doc Acessado em 13/09/08.

BILHARINHO, Guido. **Cem anos de Cinema**. Uberaba. Instituto Triangulino de Cultura, 1996.

BRANCO, Poliani Castello. **Década de 80: As Diretas Já**. In: <http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=22709> Agência Câmara, 2002. Acessado em 17/08/8.

CAMPOS, Pedro Celso. **Sala de Aula: Gênero opinativo**. Observatório da Imprensa. In: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da010520026.htm> Acessado em 28/08/08.

CANCIAN, Renato. **Governo Jânio Quadros: Mandato polêmico de sete meses**. In: <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u65.jhtm> Acessado em 10/09/08.

CHEIDA, Marcel. Artigo **Origens da Imprensa e dos jornais** - Revista de Estudos de Jornalismo, Campinas, nº 3/4, julho - dezembro 2000/ janeiro – junho 2001. In: <http://www.puc-campinas.edu.br/centros/clc/jornalismo/revista/jornalismo3-4%202/jorn5.pdf> Acessado em 22/08/08.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília, Câmara dos Deputados / Comissão de Direitos Humanos, 1998.

DORNELLES, Beatriz. **Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina.** Porto Alegre, 2007. In: http://www.compos.org.br/files/26ecompos09_BeatrizDornelles.pdf Acessado em 23/08/08.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação – Cap. 4: Entrevista em Profundidade.** Atlas. São Paulo. 2006.

EMILIO, Paulo. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro. 2ª edição. Paz e Terra, 1980.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986.

FOLH A DE S. PAULO. **Manual de Redação.** São Paulo, Publifolha, 2001.

FRANCO, Geraldo A. Lobato. **O Vídeo Educativo: subsídios para a leitura crítica de documentários.** Publicado em Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, no. 136-137,

maio-agosto, 1997, pp. 20-23. In: <http://bocc.unisinos.br/pag/franco-geraldo-video-educativo.pdf> Acessado em 13/09/08.

FRANCO, Alberto Silva e STOCO, Rui (Orgs). **Leis Penais e sua interpretação jurisprudencial**. Vol. 2, 7ª edição. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2001.

GALARÇA, Sandro Lauri da Silva. **Pirâmide invertida, lead clássico e interesse público**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Santos – 29/08 a 02/09 de 2007. In: <http://www.adevento.com.br/intercom/2007/resumos/R1523-1.pdf> Acessado em 13/11/08.

GOLDSCHMIDT, Andrea. **Estratégias de Comunicação para o Terceiro Setor**. In: <http://integracao.fgvsp.br/ano6/08/financiadores.htm> Acessado em 20/08/08.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A Comunicação como direito humano: um conceito em construção**. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 2007 In: www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=341 Acessado em 27/10/08.

JORNAL NOSSO TEMPO. Edições 29, 114 e 195. Foz do Iguaçu, 1981, 1984, 1985.

KOBAYASHI, Elizabete. **Sobre o livro “Jornalismo Opinativo”**. Mural do Jornalismo Brasileiro. In: http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/manchetes_003.htm Acessado em 28/08/08.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da Imprensa Alternativa**. 1ª edição. São Paulo. Editora Scritta, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª edição. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação**; tradução Rafael Varela Jr. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro. Editora Record, 3ª edição, 2003.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história**. Foz do Iguaçu, Serzegraf, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo, Edições Loyola, 6ª edição, 2001.

MARTINS, Luciano Camargo. **Cronologia da Imprensa Escrita no Brasil**. In: <http://www.mundofisico.joinville.udesc.br/Enciclopedia/1618.htm> Acessado em 20/08/08.

MAZZAROLLO, Juvêncio. Entrevista para o documentário **Jornal Nosso Tempo: um marco da resistência democrática em Foz do Iguaçu**, 2008.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão – SP, 3ª edição. Mantiqueira, 2003.

NEPOMUCENO E. **Da arte do bem escrever**. Jornal dos Jornais, p 20-31. São Paulo, ano 1, nº 7, outubro 1997.

NETO, José Elias Aiex e FREITAS, Marcelino Vieira. **Frentona Atas e Atos**. 1ª edição. Foz do Iguaçu – Paraná, 2008.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei da anistia: Viagem digital pelo século XX**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. In: <http://www.unificado.com.br/calendario/11/anistia.htm> Acessado em 17/08/08.

PALMAR, Aluizio. Entrevista para o documentário **Jornal Nosso Tempo: um marco da resistência democrática em Foz do Iguaçu**, 2008.

PENAFRIA, Manuela. **O Documentarismo do Cinema**. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2004. Versão original in Ícone, volume 1, numero 7, Julho de 2004, Universidade Federal de Pernambuco, pp.61-72. In: http://bocc.unisinos.br/pag/penafria_manuela_documentarismo_cinema.pdf Acessado em 12/09/08.

PENAFRIA, Manuela. **O Documentarismo do Cinema - Uma reflexão sobre o filme Documentário**. Tese de Doutorado apresentada na Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2006. In: <http://bocc.unisinos.br/pag/penafria-manuela-documentarismo-reflexao.pdf> Acessado em 12/09/08.

PENAFRIA, Manuela. **O ponto de vista no filme documentário**. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2001. In: <http://bocc.unisinos.br/pag/penafria-manuela-ponto-vista-doc.pdf> Acessado em 12/09/08.

PEREIRA, Álvaro. **Jornalismo Político Contemporâneo**. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (Orgs.). **Jornalismo Político: Teoria, Histórias e Técnicas**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação Popular**. In: **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis – RJ. Editora Vozes – 3ª edição, 2004.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Direito a Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania**. In: http://www.portalgens.com.br/comcom/direito_a_comcom.pdf Acessado dia 26/08/08.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Cronologia da História de Foz do Iguaçu - Introdução Histórica.** In: <http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/Portal/Pagina.aspx?Id=115> Acessado em 12/11/08.

RIBEIRO, Lavínia Madeira: **Imprensa e Esfera Pública: O processo de Institucionalização do Jornalismo.** In: http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/anais/qt1_imprensa/IMPrensa%20E%20ESFERA%20P%20DABLICA%20-%20Lavina.doc Acessado em 20/08/08.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **Introdução à teoria da Comunicação.** São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, 1998.

SEABRA, Roberto. **Jornalismo Político: história e processo.** In SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (Orgs.). **Jornalismo Político: Teoria, Histórias e Técnicas.** Rio de Janeiro. Ed. Record, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil.** 2ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 1998.

SOUZA, João Adelino de. Entrevista para o documentário **Jornal Nosso Tempo: um marco da resistência democrática em Foz do Iguaçu,** 2008.

TRESCA, Laura Conde. **Gênero Informativo no Jornalismo Impresso - O estado da arte no Brasil.** Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0146-1.pdf> Acessado em 28/08/08.

VEJA, Revista. **O caminho das flores.** São Paulo: Editora Abril, 25 de abril de 1984.

Vozes da Democracia: história da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006.

WORMS, Luciana Salles; COSTA, Wellington Borges. **Brasil século XX: ao pé da letra da canção popular**. Curitiba. Editora Positivo. Curitiba, 2005.

10. ANEXOS

ANEXO 01

No *clipping* de jornais do ano de 1994, o Nosso Tempo é encontrado como sendo diário, já que os recortes trazem a data do dia da semana sendo:

ANEXO 01A - 02 de maio de 1994 - segunda-feira;

ANEXO 01B - 09 de junho de 1994 - quinta-feira;

ANEXO 01C - 18 de julho de 1994 - segunda-feira;

ANEXO 01D - 27 de julho de 1994 - quarta-feira;

ANEXO 01E - 11 de novembro de 1994 - sexta-feira.